

Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

29 de Janeiro de 2004 - Nº 38

Liminar proíbe taxaço de inativos

A juíza Verbena Duarte Brito de Carvalho, da 8ª Vara Federal de Porto Alegre (RS), concedeu liminar na última terça-feira (27), impedindo o desconto aprovado na reforma da Previdência. A magistrada alegou que a cobrança "fere um ato jurídico perfeito", tendo em vista as regras que regulamentavam as aposentadorias quando do ingresso dos servidores no serviço público.

Antes da liminar da juíza, a entrada em vigor da taxaço dos inativos já tinha tido um adiamento, depois que os advogados da União se deram conta de que a cobrança dependia de regulamentação para ser aplicada.



Reajuste pode ser de 2,47%

Em vez de 1,9%, o reajuste linear para os servidores públicos poderá ser de 2,47%. Essa foi a proposta discutida em reunião da Mesa Nacional de Negociação, fórum que reúne representantes dos vários segmentos dos servidores para discutir com representantes

do Palácio do Planalto. O governo garante que esse percentual seria o único possível, tendo em vista que do R\$ 1,95 bilhão destinado no Orçamento 2004 ao serviço público vão sobrar R\$ 194 milhões para os novos contratados aprovados em concurso.

NESTA EDIÇÃO

Prestação de contas de 20 de janeiro a 31 de dezembro de 2003

SEDE SOCIOCULTURAL

- PARQUE AQUÁTICO
- SALÃO DE JOGOS ● BAR
- MINI-PARQUE INFANTIL

Professor, utilize-o. Esse espaço é seu!

RUA GILVAN MURIBECA, 88 - PRAIA DO CABO BRANCO



ADUFPB 25
Seção Sindical da ANDES-SN
Anos

Professores já estão recebendo a Agenda ADUF 2004

A ADUF já começou a distribuir a agenda 2004. Os professores sindicalizados podem pegar o seu exemplar na Secretaria da entidade, no Centro de Vivência.

Devido a uma pane no sistema de etiquetagem a distribuição por setor ainda não pôde ser feita. O problema, contudo, deverá ser resolvido ainda essa semana.

Os docentes aposentados receberão a agenda em suas residências, no endereço informado à ADUF. Mas os que quiserem pegá-la antes podem se dirigir à sede do sindicato.

Segundo a diretoria da ADUF, quem já recebeu a agenda tem se mostrado satisfeito, pois o modelo adotado esse ano atende plenamente os objetivos de uma agenda.

Informes Jurídicos

O advogado Paulo Guedes vai estar presente à Assembléia Geral dessa quinta-feira para dar informes sobre as ações que tramitam na justiça, em especial a do FGTS e a do precatório de 28,86%. Será uma excelente oportunidade que os docentes terão de tirar dúvidas quanto ao processos em andamento.

LINHA DE CRÉDITO

ADUF vai formalizar convênios com CEF e BB para que associados façam empréstimos

Convênios com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil serão assinados pela ADUFPB, a fim de permitir que os associados do sindicato, tanto os que estão na ativa como os aposentados, possam recorrer à linha de crédito disponibilizada por esses bancos estatais para os servidores públicos. O convênio com a CEF deverá ser formalizado até a próxima quarta-feira (4), enquanto o contrato com o BB deve ser assinado no dia 20 de fevereiro.

Segundo o presidente da ADUF, Iedo Fontes, a diretoria do sindicato decidiu fazer os convênios em atendimento à solicitação de muitos sócios. "Fomos procurados por cerca de 50 professores, e tendo em vista a crise financeira por que passa a categoria resolvemos atendê-los. Sabemos que empréstimos não resolvem o problema, cuja solução está num plano de cargos, com a incorporação da GED

e da GID, e num aumento real dos salários, mas nesse momento é importante para os docentes terem acesso a essa linha de crédito, que pode amenizar um pouco a situação", enfatizou Iedo.

O presidente explicou que os convênios garantirão aos associados juros mais baixos, visto que o acordo entre a CUT e os bancos conveniados prevê taxas que variam de 1,75% (empréstimo até seis meses) a 2,6% (de 25 a 36 meses) e Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) de R\$ 10,00 para os servidores sindicalizados, ao passo em que os não-sindicalizados pagarão taxas que variarão de 2,0% a 3,3% e TAC de R\$ 20,00. Essas taxas, segundo Iedo, são as mais baixas do mercado.

A amortização do empréstimo será feita diretamente na folha de pagamento, o que significa que o valor já virá descontado do salário do professor.

Professor é vítima de acidente de moto



A UFPB sofre mais uma perda irreparável no seu quadro docente, e a ADUFPB perdeu um dos associados mais atuantes. No dia 17 de janeiro morreu o professor Jomário da Fonseca Lins, do Departamento de Geociências-CCEN. O professor havia sofrido um acidente de motocicleta quando retornava para sua casa, vindo a falecer uma semana depois.

A Diretoria da ADUF se solidariza com a família e com os colegas do professor Jomário.



Aulas têm atraído muita gente

Continuam de vento em popa as atividades da Escola de Futsal da ADUFPB. Os professores de educação física Givaldo Leal de Menezes e Gleide Costa, que coordenam a escola, estão satisfeitos com o resultado do trabalho, pois cresce a cada dia o interesse dos associados por encaminharem seus filhos e dependentes para aprender a jogar futsal.

As aulas são realizadas no Ginásio de Esportes da UFPB (GD), às quartas-feiras, das 18 às 20 horas, e aos sábados, das 7h30min às 10 horas, para quatro categorias: fraldinha, de 6 a 8 anos, pré-mirim, de 9 a 10 anos, mirim, de 11 a 12 anos, e infantil, de 13 a 14 anos.

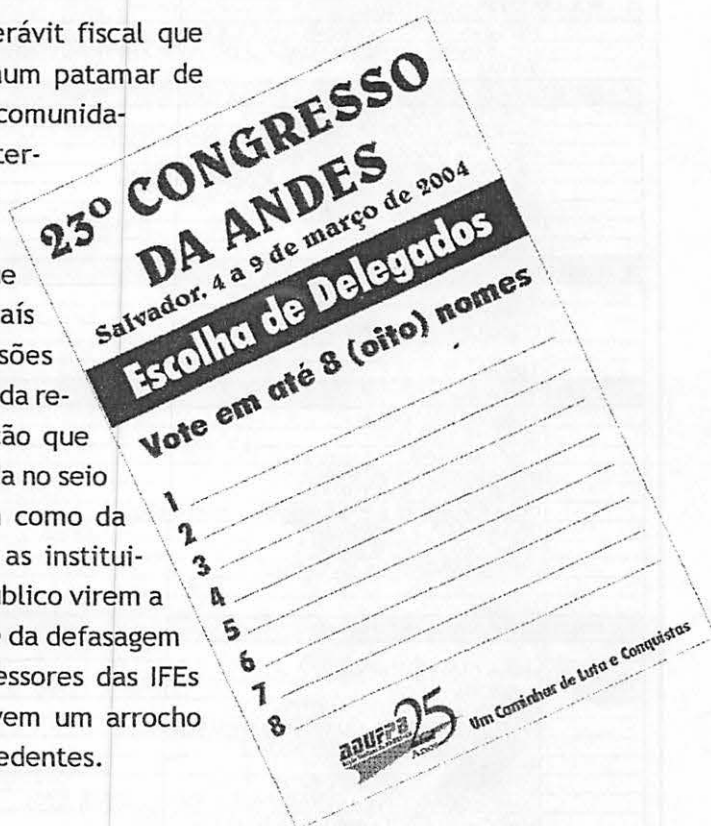
Os associados que quiserem inscrever filhos ou dependentes podem procurar a sede da ADUF, no Centro de Vivência, ou ligar para os fones 9987-6046 (Gleide Costa) e 225-4006 (Givaldo Leal).

Assembléia vai escolher delegados para 23º Congresso da ANDES

Oito delegados serão escolhidos hoje pela Assembléia Geral para representar a ADUFPB no 23º Congresso da ANDES-SN, que será realizado em Salvador (BA), de 4 a 9 de março próximo. Pelo menos 15 candidatos já estão inscritos. Ao todo serão enviados 11 delegados, dos quais um representante do campus de Areia, outro de Bananeiras e o terceiro, como membro efetivo, representará a diretoria do sindicato.

O tema do 23º Congresso da ANDES é *Superávit fiscal e déficit social: reforma da educação, privatização e arrocho salarial*, e pretende discutir os rumos que o governo Lula vem seguindo para

garantir um superávit fiscal que coloque o país num patamar de respeito entre a comunidade financeira internacional, em detrimento dos problemas sociais que se multiplicam país a fora. As discussões também tratarão da reforma da educação que vem sendo gestada no seio do governo, bem como da possibilidade de as instituições de ensino público virem a ser privatizadas e da defasagem salarial dos professores das IFES públicas, que vivem um arrocho salarial sem precedentes.

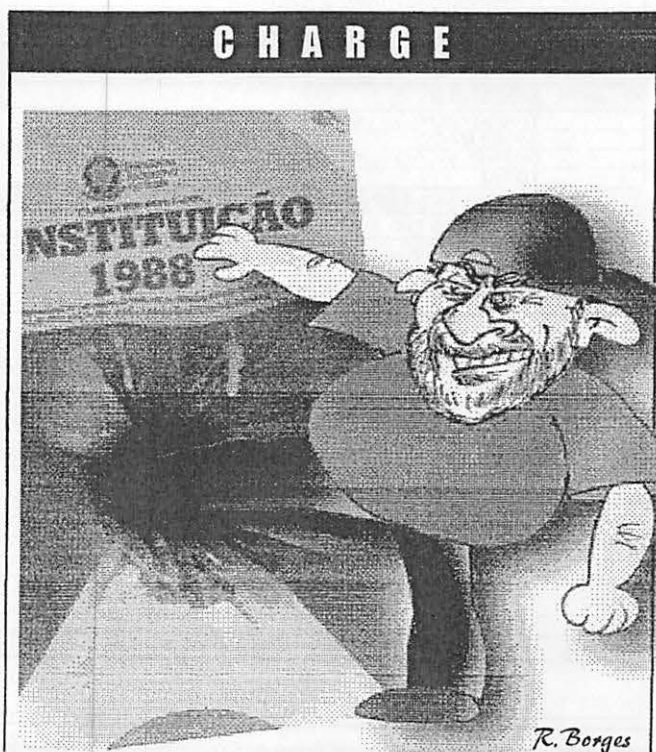


ADUF vai criar GT para discutir reforma universitária

Um Grupo de Trabalho para discutir a reforma universitária já anunciada pelo novo ministro da Educação, Tarso Genro, é o que a ADUFPB pretende criar. A diretoria da ADUF compreende que a reforma é necessária, pois as universidades públicas vêm vivendo uma situação insustentável, sem recursos para se manter, o que tem atrapalhado o bom desempenho das instituições, que não podem praticar, como deveriam, o ensino, a pesquisa e a extensão.

O fato de o novo ministro ter inaugurado sua agenda de trabalho no cargo recebendo em audiência o presidente da ANDES, Luiz Carlos Lucas, foi visto pela diretoria da ADUF como bastante positivo, pois garantiu um canal de negociações que pode ser muito útil em momentos de crise.

A expectativa agora é quanto à reunião que o presidente do sindicato nacional terá com Tarso Genro dentro de um mês, para discutir a questão da educação superior.



Charge do jornalista Ricardo Borges, disponível para publicação no site da ANDES

Prestação de contas de 20 de janeiro a 31 de dezembro de 2003

ADUF PB - / SSIND		
PRESTAÇÃO DE CONTAS		
ACUMULADO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003		<i>Valores em R\$</i>
1 - PATRIMÔNIO SOCIAL		
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS		632.070,60
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE		71.291,85
TOTAL		703.362,45
2 - RECEITAS		
CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS		966.939,85
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		18.474,72
RECEITA MAQUINA COPIADORA		26.347,38
RECEITA DEPTO. JURIDICO (AÇÃO 16,19%)		464.510,30
RECEITAS SEDE SÓCIO CULTURAL		3.697,20
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		2.981,00
TOTAL		1.482.950,45
3 - OBRIGAÇÕES		
SOCIAIS		17.295,07
TRIBUTÁRIAS		949,14
CHEQUES A COMPENSAR		3.053,20
TOTAL		21.297,41
4 - DESPESAS		
ADMINISTRATIVAS		179.433,79
COM PESSOAL		290.168,24
FINANCEIRAS		7.401,08
REPASSES ESTATUTÁRIOS		267.226,67
SEDE SÓCIO CULTURAL		42.950,34
COM EVENTOS (PALESTRAS, SEMINÁRIOS)		32.168,19
DIVULGAÇÃO / IMPRENSA		33.777,64
XXIII CONGRESSO ANDES		35.702,65
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS		17.122,88
TOTAL		905.951,38
5 - DESPESAS COM GREVE		
MÍDIA (RADIO/JORNAL/TV, ETC)		16.459,64
HOSPEDAGENS		5.441,97
DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO		49.540,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE/ATIVIDADES		1.781,05
FEIRA/LANCHES E REFEIÇÕES		3.103,78
RATEIOS		7.856,82
CONDUÇÃO E TRANSPORTE		34.743,85
CONFEÇÃO DE CAMISAS/FAXAS/OUT-DORRS, ETC)		416,00
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (TERCEIROS)		650,00
REPASSE FUNDO NACIONAL DE GREVE		5.277,30
COMBUSTÍVEIS/LUBRIFICANTES		560,25
TELEFONES		3.913,37
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES		210,00
TOTAL		123.974,03
6 - PERMANENTE		
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRÁS)		5.346,45
IMOBILIZADO		595.575,72
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(67.259,47)
TOTAL		533.662,70
SALDO (31/12/03) (2003)		644.022,20
DETALHAMENTO DO SALDO		
A - DISPONIBILIDADES		
EM CAIXA		
		1.468,02
EM BANCOS CONTA CORRENTE		
BANCO DO BRASIL C/C 8.977-3		33.327,31
CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/C 13-8		29,44
SUB TOTAL		33.356,75
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/P 247.215		570,18
CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/P 250.008-0		300,84
CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/C 13-8 AÇÃO 16,19%		467.002,82
BANCO DO BRASIL C/C 8.977-3 (OUROCAP)		40.000,00
BANCO DO BRASIL C/P 11064 - FUNDO DE GREVE		77.614,28
BANCO DO BRASIL C/P 11065 - REPOGRAFIA		8.227,64
SUB TOTAL		593.715,76
TOTAL		628.534,53
B - CONTAS A RECEBER		
ADIANTAMENTO SALARIAL		7.134,94
VALORES A RECUPERAR		8.352,73
SUB - TOTAL		15.487,67
TOTAL		644.022,20

MARCELO SOARES BARBOSA
CONTADOR CRC - PB 604739/5

Impressão: Reprografia ADUFPB

INDICATIVO DE GREVE

Servidores públicos federais decidem dia 18 de abril

Os servidores públicos federais deverão estar reunidos no próximo dia 18 de abril para deliberar sobre indicativo de greve, como estratégia de pressionar o governo pelo reajuste salarial. As perdas acumuladas nos últimos nove anos chega a 127% e o Governo Lula tem acenado com apenas 1,9%.

Na reunião realizada dia 16 de março, os servidores públicos decidiram adiar o estabelecimento do indicativo por entender que o processo necessitava uma maior discussão nas bases. Apesar do adiamento sobre a data indicativa do início da greve, algumas categorias já decidiram pela paralisação.

A direção da ADUFPB entende a necessidade da luta unificada dos servidores públicos. No entanto, acredita que algumas questões específicas necessitam de uma melhor atenção por parte da categoria e dos dirigentes nacionais: a incorporação das gratificações (GED e GID) e a implementação do plano de carreiras.

ADUFPB abre inscrições para o SEDE DE LEITURA

A ADUFPB abriu as inscrições para a próxima edição do Projeto Sede de Leitura, que será realizado no dia 16 de abril. As inscrições, iniciadas no dia 17 de março, serão encerradas no dia 5 de abril.

Os professores interessados em lançar livros ou expor trabalhos de artes plásticas devem procurar Maria da Guia, na recepção da ADUFPB, para preencher a ficha de inscrição.

Para quem pretende lançar livro é necessário deixar um exemplar, que será usado para divulgação e depois integrará a biblioteca do sindicato.

O SEDE DE LEITURA é um dos eventos culturais mais prestigiados pelos associados da entidade. Os interessados devem inscrever sua obra o mais breve possível, pois só poderão ser lançados até 10 livros por edição do SEDE DE LEITURA.

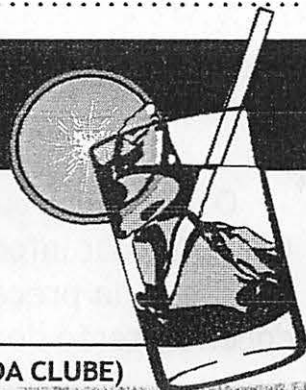


SEDE SOCIOCULTURAL

- PARQUE AQUÁTICO
- SALÃO DE JOGOS ● BAR ● MINI-PARQUE INFANTIL

Professor, utilize-o. Esse espaço é seu!

RUA GILVAN MURIBECA, 88 - PRAIA DO CABO BRANCO (AO LADO DO JANGADA CLUBE)



CONGRESSO DO ANDES

Debatedores esboçam rumos da Reforma Universitária

O debate de abertura do 43º Congresso do Andes, realizado em Salvador (BA) de 4 a 9 de março, proporcionou uma visão geral do que pode trazer a Reforma Universitária proposta pelo Governo. Os debatedores, que representaram o Andes, Fasubra e UNE, esboçaram mais preocupações do que satisfação sobre alguns pontos já postos em prática pelo governo Federal.

De acordo com o representante da Fasubra, a estatização das Fundações existentes pode significar a transformação destas instituições em contratadoras de mão de obra para as universidades públicas. Ele destacou ainda que os segmentos que compõem a universidade precisam eliminar o mito de que a universidade pública atende aos ricos. Ao mesmo tempo, criticou o ministro da educação, Tarso Genro, pelo financiamento do ensino privado através da compra de vagas ociosas nas universidades privadas.

O representante do Andes, argumentou que a proposta de reforma universitária do Governo é preocupante, e que o Sindicato Nacional vem sendo ex-

cluído de parte dos debates sobre a reforma. O representante do Andes também salientou que a Reforma Universitária já está sendo implementada, o que joga por terra a informação de que os representantes do governo querem debater a questão com a sociedade.

Para expor melhor sua linha de raciocínio, o representante do Andes cita o programa Parceria Público Privado, que pretende aglutinar os Hospitais Universitários. Outras implementações realizadas pelo governo, a exemplo da aprovação da Medida Provisória 147 (referente a avaliação universitária), no dia 03 de março, foram destacadas como ações verticais do governo com relação à Reforma Universitária.

Já o representante da União Nacional dos Estudantes enfatizou a necessidade amplo sobre a pedagogia vigentes nas universidades públicas (currículo, efetivação profissional, concepção da universidades. Ele defendeu o amplo acesso às instituições universitárias de ensino público e criticou a ampliação do acesso através do ensino à distância

Desfiliação do Sindicato à CUT deverá ser discutida nas bases

Por uma margem apertada de votos os participantes do 43º Congresso do Andes não conseguiram aprovar a desfiliação do Sindicato à Central Única dos Trabalhadores.

A estreita proximidade com o governo federal foi a argumentação central dos professores que desejam romper relação com a CUT.

A maioria dos representantes dos docentes argumentou que a Central é um patrimônio construído pela classe trabalhadora e que é possível fazer com que os rumos adotados atualmente sejam revistos.

Informes Jurídicos

O advogado Paulo Guedes vai estar presente à Assembléia Geral dessa quinta-feira para dar informes sobre as ações que tramitam na justiça, em especial a do FGTS e a do precatório de 28,86%. Será uma excelente oportunidade que os docentes terão de tirar dúvidas quanto ao processos em andamento.

DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

O setor jurídico da ADUFPB está orientando os docentes sindicalizados sobre o procedimento correto no preenchimento da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física 2003/2004, referente aos rendimentos provenientes dos 16,19% (PRECATÓRIO). O Boletim ADUFPB Informa pública nesta edição as dicas para declaração do IRPF:

■ Passar na ADUFPB (Centro de Vivência/UFPB) para receber os dados referentes aos 16,19% (caso já tenha sido feito, passar para o item 2);

■ Quando da Declaração, inserir nos Rendimentos Tributáveis, Recebidos de Pessoa Jurídica, uma nova fonte pagadora, que também será a Universidade Federal da Paraíba, inclusive com o mesmo CNPJ;

■ Declarar como rendimento bruto, nesta mesma fonte, o recebimento total, explicitado nos dados da ADUFPB subtraído dos honorários advocatícios;

■ Declarar em Pagamentos e Doações Efetuadas, os valores pagos aos advogados, conforme consta nos dados fornecidos pela ADUFPB. Não esquecer de fornecer o CNPJ ou o CPF dos advogados e observar que cada advogado deverá constar na Declaração com

o valor total destinado a honorário advocatício, dividido por dois;

■ Declarar em Pagamentos e Doações Efetuadas, o valor pago a ADUFPB, de acordo com os dados fornecidos pela mesma. Não esquecer de fornecer o CNPJ da ADUFPB;

■ Em caso de Declaração Simplificada, não se faz necessário declarar os valores recebidos pelos Advogados e pela ADUFPB;

■ Preencher o restante da Declaração, conforme sua conveniência;

■ Os isentos de pagamento de Imposto de Renda devem procurar a Receita Federal, com os dados fornecidos pela ADUFPB, e obter as informações necessárias para a Declaração (são casos específicos).

A AÇÃO JUDICIAL DE JADER NUNES (REITOR) NÃO INTIMIDA A LUTA DOS DOCENTES DA UFPB

Diretoria da ADUFPB

O outdoor está instalado no Depto. de Comunicação. Abaixo e no detalhe, faixa na sede da ADUFPB

A Diretoria da ADUFPB distribuiu, em todo o Campus da UFPB, faixas e outdoor em repúdio à Ação Judicial que o reitor Jader Nunes impetrou contra os dirigentes da Entidade. As faixas e o outdoor conclamam os docentes para resistirem e não se intimidarem à ação repressora contra a luta dos dirigentes do sindicato em prol dos legítimos direitos da categoria docente da UFPB.



PROFESSORES REUNIDOS EM CONGRESSO NACIONAL**REPUDIAM AÇÃO JUDICIAL DO REITOR DA UFPB****CONTRA DIRETORES DA ADUFPB****SINDICATO
ANDES
NACIONAL**
Filiado à CUT**Sindicato Nacional
das Instituições de Ensino Superior****MOÇÃO DE REPÚDIO**

Os delegados ao **23º CONGRESSO DO ANDES SINDICATO NACIONAL**, realizado em Salvador/BA, de 5 a 9 de março de 2004, **DENUNCIAM E REPUDIAM** a atitude do Reitor da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, Jader Nunes de Oliveira (ex-dirigente da ADUFPB), de propor, na justiça, ação ordinária de indenização por danos morais no valor de R\$ 1.200.000,00 contra os diretores dessa Seção Sindical.

Os dirigentes da **ADUFPB** aduzem que tal reação se trata de resposta às denúncias feitas por essa entidade sindical, ao afirmar publicamente que o Reitor utilizou recursos jurídicos para procrastinar o cumprimento de decisão judicial, determinando o pagamento de precatório de 16,19% de uma URP do ano de 1988.

A **ADUFPB** denunciou ainda à comunidade acadêmica e à sociedade paraibana, omissão da **Administração Central da UFPB** por não apurar a responsabilidade pela inclusão, na relação nominal de beneficiários da sentença judicial, de servidores não pertencentes ao quadro de docente da UFPB (incluindo o Procurador Jurídico).

Os delegados aqui representados **REPUDIAM** a atitude do Reitor Jader Nunes de Oliveira que, assim, pretende **INTIMIDAR** e **REPRIMIR** a luta dos dirigentes dessa Seção Sindical em prol dos legítimos direitos da categoria docente da UFPB.

Por esta razão, os professores reunidos, neste encontro nacional, emprestam seu voto de solidariedade à **DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB**, ao mesmo tempo em que conclamam ao **Reitor Jader Nunes de Oliveira** a redefinir a sua posição e somar voz ao lado das forças progressistas que lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Salvador, 09 de março de 2004.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

02 de Abril de 2004 - Nº 40



Conceitos

Conselho Editorial abre inscrições para a 10ª edição da revista

O conselho editorial da revista *Conceitos* abriu inscrições de artigos para publicação na 10ª edição da revista. Os textos podem ser inscritos até o dia 14 de maio.

A revista *Conceitos* é dedicada à publicação da produção acadêmica, cultural e artística dos docentes da UFPB, privilegiando ensaios e artigos sobre educação, política e divulgação científica. É uma publicação semestral exclusiva da ADUFPB que, este ano, chega a sua 10ª edição.

Para publicar artigo na revista, o professor deve entregar o texto, prioritariamente, na sede da ADUFPB, no Centro de Vivência, em disquete e com 2 (duas) cópias impressas, em envelope com nome, endereço e telefone para contato com o autor. O conselho editorial da *Conceitos* divulgou, também, as normas atualizadas para a inscrição de textos.

Professores que exerçam atividades fora do Campus da UFPB - João Pessoa, poderão enviar os artigos por e-mail (adufpjp@openline.com.br, com cópia (CC:) para ascom.adufpb@uol.com.br). Nesse caso, só serão considerados os e-mails que tiverem confirmação de recebimento pela ADUFPB através de ofício enviado pelo Conselho Editorial.

Após a seleção dos artigos que serão publicados na revista, a relação com os nomes será divulgada na home-page da ADUFPB e afixada na sede do sindicato. Os autores também serão informados, individualmente, por e-mail e por telefone.

A décima edição de *Conceitos* ainda não tem data definida para sair, mas os membros do conselho acreditam que até o final do mês de julho ela estará sendo entregue aos associados da ADUFPB.

NESTA EDIÇÃO: NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

Normas para publicação de artigos

1. A Revista Conceitos é dedicada à publicação da produção acadêmica, cultural e artística dos docentes da UFPB, privilegiando ensaios e artigos sobre educação, política e divulgação científica.

2. As inscrições para publicação de artigos podem ser feitas de 01 de abril a 14 de maio de 2004.

3. Só serão aceitos textos em Língua Portuguesa, com no máximo 15 páginas e no mínimo cinco, incluindo referências bibliográficas e notas, de acordo com a tipologia gráfica determinada no item 5 dessas normas.

4. Não deverão ser incluídos resumos, palavras-chave, abstract, etc.

5. O autor - ou autores - deverá informar sua função, instituição e qualificação na ficha de inscrição durante a entrega do artigo.

6. Os textos devem ser digitados em Microsoft Word, fonte Times New Roman, corpo 12 (doze), espaço 2 (dois) e impressos em folha ofício A4, numeradas no canto superior direito, com margens 2,5 cm Superior/Inferior e 3,0 cm Esquerda/Direita. Obs.: As páginas do texto devem ser entregues grampeadas.

7. Gráficos ou qualquer outro tipo de imagem devem vir em cópias de arquivos digitais armazenadas em mídia de disquete 1.44 MB, CD-R ou ZIP Disc, além de sua localização na cópia do texto impresso.

Por ex.: arquivos em JPG, TIFF, BMP, recortes digitalizados, imagens fotográficas.

8. O autor deve ser sindicalizado da ADUFPB ou colaborador convidado pelo Conselho

Editorial da Revista.

9. Cada autor só poderá publicar 1 (um) artigo a cada 2 (duas) edições da Revista.

10. As notas de rodapé deverão ser digitadas na página correspondente à citação.

11. Referências bibliográficas deverão ser citadas de acordo com as normas da ABNT.

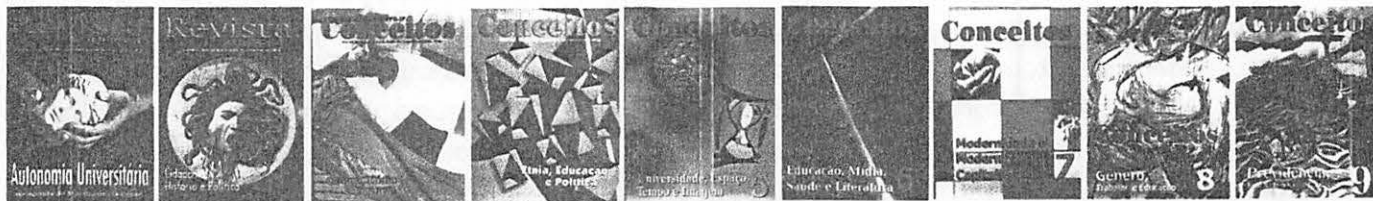
12. Os trabalhos devem ser entregues, prioritariamente, na sede da ADUFPB, no Centro de Vivência, em disquete e com 2 (duas) cópias impressas em envelope com nome, endereço e telefone para contato com o autor. Caso haja algum empecilho para isso, poderão ser enviados para o e-mail adufpbjp@openline.com.br, com cópia (CC:) para ascom.adufpb@uol.com.br. Nesse caso, só serão considerados os e-mails que tiverem confirmação de recebimento pela ADUFPB através de ofício enviado pelo Conselho Editorial.

13. Anexos (questionários, depoimentos e outros) não serão publicados ou incluídos na Revista.

14. Os textos que não forem selecionados para a edição vigente, deverão ser solicitados pelos autores ao Conselho Editorial até 30 dias após divulgação da lista de artigos para publicação na revista. Após o término do prazo, a ADUFPB e o Conselho Editorial não se responsabilizam pelo extravio ou perda dos arquivos digitais ou textos impressos.

João Pessoa, 25 de Março de 2004.

Conselho Editorial da revista CONCEITOS



ENTRE EM CONTATO: (83)243-1212 - (83)224-8375 (fax) ▲ adufpbjp@openline.com - ascom.adufpb@uol.com.br ▲ www.adufpbjp.com.br

Produção e Edição: **ASCOMADUF**
Impressão: Reprografia ADUFPB

1

**GED MÁXIMA - ATUAL - 140 PONTOS - ATIVOS
MAGISTÉRIO SUPERIOR 3º GRAU**



	T 20				T -40				RETIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	107,80	134,40	303,80	435,40	210,00	273,00	760,20	1086,40	317,80	407,40	952,00	1768,20
Adj 1	107,80	134,40	260,40	380,80	210,00	273,00	653,80	952,00	317,80	407,40	952,00	1496,60
Adj 2	107,80	134,40	260,40	380,80	210,00	273,00	653,80	952,00	317,80	407,40	952,00	1496,60
Adj 3	107,80	134,40	260,40	380,80	210,00	273,00	653,80	952,00	317,80	407,40	952,00	1496,60
Adj 4	107,80	134,40	260,40	380,80	210,00	273,00	653,80	952,00	317,80	407,40	952,00	1496,60
Ass 1	107,80	134,40	260,40		210,00	273,00	653,80		317,80	407,40	952,00	
Ass 2	107,80	134,40	260,40		210,00	273,00	653,80		317,80	407,40	952,00	
Ass 3	107,80	134,40	260,40		210,00	273,00	653,80		317,80	407,40	952,00	
Ass4	107,80	134,40	260,40		210,00	273,00	653,80		317,80	407,40	952,00	
Aux 1	107,80	134,40			210,00	273,00			317,80	407,40		
Aux 2	107,80	134,40			210,00	273,00			317,80	407,40		
Aux 3	107,80	134,40			210,00	273,00			317,80	407,40		
Aux 4	107,80	134,40			210,00	273,00			317,80	407,40		

**NOVA GED - PROPOSTA DO GOVERNO PARA MAIO DE 2004 - ATIVOS
MAGISTÉRIO SUPERIOR 3º GRAU**

	T 20				T -40				RETIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	291,20	312,20	476,00	681,80	567,00	634,20	1191,40	1702,40	858,20	947,80	1492,40	2770,60
Adj 1	291,20	312,20	408,80	596,40	567,00	634,20	1024,80	1702,40	858,20	947,80	1492,40	2345,00
Adj 2	291,20	312,20	408,80	596,40	567,00	634,20	1024,80	1702,40	858,20	947,80	1492,40	2345,00
Adj 3	291,20	312,20	408,80	596,40	567,00	634,20	1024,80	1702,40	858,20	947,80	1492,40	2345,00
Adj 4	291,20	312,20	408,80	596,40	567,00	634,20	1024,80	1702,40	858,20	947,80	1492,40	2345,00
Ass 1	291,20	312,20	408,80		567,00	634,20	1024,80		858,20	947,80	1492,40	
Ass 2	291,20	312,20	408,80		567,00	634,20	1024,80		858,20	947,80	1492,40	
Ass 3	291,20	312,20	408,80		567,00	634,20	1024,80		858,20	947,80	1492,40	
Ass4	291,20	312,20	408,80		567,00	634,20	1024,80		858,20	947,80	1492,40	
Aux 1	291,20	312,20			567,00	634,20			858,20	947,80		
Aux 2	291,20	312,20			567,00	634,20			858,20	947,80		
Aux 3	291,20	312,20			567,00	634,20			858,20	947,80		
Aux 4	291,20	312,20			567,00	634,20			858,20	947,80		

**AUMENTO PROPOSTO NA GED - ATIVOS
MAGISTÉRIO SUPERIOR 3º GRAU**

	T 20				T -40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	183,40	177,80	172,20	246,40	357,00	361,20	431,20	616,00	540,40	540,40	540,40	1002,40
Adj 1	183,40	177,80	148,40	215,60	357,00	361,20	371,00	750,40	540,40	540,40	540,40	848,40
Adj 2	183,40	177,80	148,40	215,60	357,00	361,20	371,00	750,40	540,40	540,40	540,40	848,40
Adj 3	183,40	177,80	148,40	215,60	357,00	361,20	371,00	750,40	540,40	540,40	540,40	848,40
Adj 4	183,40	177,80	148,40	215,60	357,00	361,20	371,00	750,40	540,40	540,40	540,40	848,40
Ass 1	183,40	177,80	148,40		357,00	361,20	371,00		540,40	540,40	540,40	
Ass 2	183,40	177,80	148,40		357,00	361,20	371,00		540,40	540,40	540,40	
Ass 3	183,40	177,80	148,40		357,00	361,20	371,00		540,40	540,40	540,40	
Ass4	183,40	177,80	148,40		357,00	361,20	371,00		540,40	540,40	540,40	
Aux 1	183,40	177,80			357,00	361,20			540,40	540,40		
Aux 2	183,40	177,80			357,00	361,20			540,40	540,40		
Aux 3	183,40	177,80			357,00	361,20			540,40	540,40		
Aux 4	183,40	177,80			357,00	361,20			540,40	540,40		

FONTE: ADUFPB/SSind

2

**GED(60%) APOSENTADOS ATÉ JULHO DE 1998
MAGISTÉRIO SUPERIOR 3º GRAU**

	T 20				T -40				RETIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Títul	64,68	80,64	182,28	261,24	126,00	163,80	456,12	651,84	190,68	244,44	571,20	1060,92
Adj 1	64,68	80,64	156,24	228,48	126,00	163,80	392,28	571,20	190,68	244,44	571,20	897,96
Adj 2	64,68	80,64	156,24	228,48	126,00	163,80	392,28	571,20	190,68	244,44	571,20	897,96
Adj 3	64,68	80,64	156,24	228,48	126,00	163,80	392,28	571,20	190,68	244,44	571,20	897,96
Adj 4	64,68	80,64	156,24	228,48	126,00	163,80	392,28	571,20	190,68	244,44	571,20	897,96
Ass 1	64,68	80,64	156,24		126,00	163,80	392,28		190,68	244,44	571,20	
Ass 2	64,68	80,64	156,24		126,00	163,80	392,28		190,68	244,44	571,20	
Ass 3	64,68	80,64	156,24		126,00	163,80	392,28		190,68	244,44	571,20	
Ass4	64,68	80,64	156,24		126,00	163,80	392,28		190,68	244,44	571,20	
Aux 1	64,68	80,64			126,00	163,80			190,68	244,44		
Aux 2	64,68	80,64			126,00	163,80			190,68	244,44		
Aux 3	64,68	80,64			126,00	163,80			190,68	244,44		
Aux 4	64,68	80,64			126,00	163,80			190,68	244,44		

**NOVA GED(65%) - PROPOSTA DO GOVERNO PARA MAIO DE 2004
MAGISTÉRIO SUPERIOR 3º GRAU - APOSENTADOS ATÉ JULHO DE 1998**

	T 20				T -40				RETIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Títul	189,28	202,93	309,40	443,17	368,55	412,23	774,41	1106,56	557,83	616,07	970,06	1800,89
Adj 1	189,28	202,93	265,72	387,66	368,55	412,23	666,12	1106,56	557,83	616,07	970,06	1524,25
Adj 2	189,28	202,93	265,72	387,66	368,55	412,23	666,12	1106,56	557,83	616,07	970,06	1524,25
Adj 3	189,28	202,93	265,72	387,66	368,55	412,23	666,12	1106,56	557,83	616,07	970,06	1524,25
Adj 4	189,28	202,93	265,72	387,66	368,55	412,23	666,12	1106,56	557,83	616,07	970,06	1524,25
Ass 1	189,28	202,93	265,72		368,55	412,23	666,12		557,83	616,07	970,06	
Ass 2	189,28	202,93	265,72		368,55	412,23	666,12		557,83	616,07	970,06	
Ass 3	189,28	202,93	265,72		368,55	412,23	666,12		557,83	616,07	970,06	
Ass4	189,28	202,93	265,72		368,55	412,23	666,12		557,83	616,07	970,06	
Aux 1	189,28	202,93			368,55	412,23			557,83	616,07		
Aux 2	189,28	202,93			368,55	412,23			557,83	616,07		
Aux 3	189,28	202,93			368,55	412,23			557,83	616,07		
Aux 4	189,28	202,93			368,55	412,23			557,83	616,07		

**AUMENTO PROPOSTO NA GED APOSENTADOS ATÉ JULHO DE 1998
MAGISTÉRIO SUPERIOR 3º GRAU**

	T 20				T -40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Títul	124,60	122,29	127,12	181,93	242,55	248,43	318,29	454,72	367,15	371,63	398,86	739,97
Adj 1	124,60	122,29	109,48	159,18	242,55	248,43	273,84	535,36	367,15	371,63	398,86	626,29
Adj 2	124,60	122,29	109,48	159,18	242,55	248,43	273,84	535,36	367,15	371,63	398,86	626,29
Adj 3	124,60	122,29	109,48	159,18	242,55	248,43	273,84	535,36	367,15	371,63	398,86	626,29
Adj 4	124,60	122,29	109,48	159,18	242,55	248,43	273,84	535,36	367,15	371,63	398,86	626,29
Ass 1	124,60	122,29	109,48		242,55	248,43	273,84		367,15	371,63	398,86	
Ass 2	124,60	122,29	109,48		242,55	248,43	273,84		367,15	371,63	398,86	
Ass 3	124,60	122,29	109,48		242,55	248,43	273,84		367,15	371,63	398,86	
Ass4	124,60	122,29	109,48		242,55	248,43	273,84		367,15	371,63	398,86	
Aux 1	124,60	122,29			242,55	248,43			367,15	371,63		
Aux 2	124,60	122,29			242,55	248,43			367,15	371,63		
Aux 3	124,60	122,29			242,55	248,43			367,15	371,63		
Aux 4	124,60	122,29			242,55	248,43			367,15	371,63		

PRESTAÇÃO DE CONTAS



Acumulado de 01 de Janeiro a 31 de Março de 2004

1 - PATRIMÔNIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS	1.085.095,64
RESERVAS DE REAVLIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	71.291,85
TOTAL	1.156.387,49
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS	256.197,09
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.126,95
RECEITA MAQUINA COPIADORA	4.797,87
RECEITAS SEDE SOCIO CULTURAL	1.080,00
	-
TOTAL	276.201,91
3 - OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS	15.418,21
TRIBUTÁRIAS	977,34
CHEQUES A COMPENSAR	160,00
FORNECEDORES	4.123,50
TOTAL	20.679,05
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS	57.808,41
COM PESSOAL	69.284,79
FINANCEIRAS	1.373,11
REPASSES ESTATUTÁRIOS	85.474,41
SEDE SÓCIO CULTURAL	10.090,66
COM EVENTOS (PALESTRAS, SEMINÁRIOS)	2.233,19
DIVULGAÇÃO / IMPRENSA	19.008,74
CONGRESSO ANDES	32.715,17
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	15.257,22
TOTAL	293.245,70
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRÁS)	5.346,45
IMOBILIZADO	605.614,72
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(67.259,47)
TOTAL	543.701,70
SALDO (1+2+3) - (4+5)	616.321,05
DETALHAMENTO DO SALDO	
A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA	3.507,18
EM BANCOS	(559,85)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	599.796,15
SUB - TOTAL	602.743,48
B - CONTAS A RECEBER	
ADIANTAMENTO SALARIAL	5.224,84
VALORES A RECUPERAR	8.352,73
SUB - TOTAL	13.577,57
TOTAL	616.321,05

Boletim ADUFEPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

08 de Julho de 2004 - Nº 42

MOBILIZAÇÃO PREOCUPANTE

08:35H do dia 08 de julho de 2004. Nenhum informe do Sindicato Andes Nacional sobre o número de ADs com deliberação sobre greve. Esse dado, por si só, nos dá a dimensão do quadro que se estabelece na categoria de docentes de nível universitário. Como fazer uma avaliação abalizada com a ausência de informações sobre o nível de mobilização dos professores?

Os últimos dados sobre as assembleias realizadas são anteriores ao último Conad (Conselho Nacional de Associações Docentes), onde 39 ADs estiveram presentes. Destas, **12 votaram pelo início da greve a partir do dia 27; a abstenção somou 19 votos e apenas duas se posicionaram contrárias a realização de greve.** O quadro é ainda pior se analisamos a presença de professores nas ADs que estiveram representadas no Conad:

ADUFF - (assembleia dia 30/06, com 24 presentes. Não discutiu indicativo de greve); APUBH (assembleia 27/06, com 27 presentes que se posicionaram CONTRA indicativo de greve); ADUNIRIO - assembleia 30/06, sem quorum. Outras ADs conseguiram juntar em assembleia um número mediano de professores, a exemplo de ADURGS, ADUFERPE e ADURN, com

uma média de 55 presentes. Destas, apenas a ADUFERPE decidiu pelo indicativo de greve, sem data para início. As demais sequer discutiram o indicativo de greve.

Cabe registrar a presença considerável de professores nas assembleias da ADUFMAT (108 presentes) e ADUFPB (com 283 presentes na AG do dia 01/07). A primeira não estabeleceu indicativo de greve e a ADUFPB **deliberou pelo indicativo de greve sem data.**

A partir dos dados fornecidos, cabe a reflexão sobre as reais possibilidades de um movimento grevista com o atual nível de mobilização. Que o governo é insensível; que quer estabelecer o fim da paridade entre ativos e aposentados; que não tem cumprido os acordos com outras categorias de funcionários públicos, já bem sabemos. Mas a questão é: **com que armas vamos à luta?**

A ADUFPB e o seu quadro de sindicalizados sempre esteve presente nas lutas pela melhoria das condições de trabalho e salário. Neste momento, integramos um pequeno grupo, pelas informações disponibilizadas, a indicar a greve, mesmo que sem data definida. Uma decisão, até o momento sábia, em virtude do nível de mobilização.

PROPOSTA SALARIAL DA DIRETORIA DA ADUFPB

Aceitação da proposta aprovada no Setor das IFES e referendada no 48º CONAD, qual seja:

■ Extinção da GED e da GID, criação de gratificação não produtivista que contemple um ganho de pelo menos R\$ 850,00 para doutores e R\$ 540,00 para mestre, especialista e graduados do ensino superior.

■ Estabelecimento de paridade entre ativos e aposentados e professores de 1º e 2º graus.

■ Seja construído um cronograma de incorporação desta gratificação;

■ Construção de um quadro de carreira.

O imbróglio da questão salarial

O cenário para o reajuste dos professores das IFES (nível médio e universitário) é o pior possível. Predomina a desinformação ou a má informação. Por um lado, temos um governo que não tem honrado os compromissos assumidos em mesa de negociação com os funcionários públicos. Por outro, uma direção sindical nacional que sempre pautou a greve como condição imediata para estabelecimento de negociação e que tem agido a reboque dos acontecimentos: apenas em junho a direção incorpora a proposta do setor das IFES passando a exercer o papel de agente negociador. Senão vejamos o histórico que a direção da ADUFPB faz abaixo, com base nos informes do ANDES.

1 - Da proposta inicial feita pelo Governo, em abril deste ano, nada existe de concreto. Por parte de nossa direção sindical nacional, a coisa não é diferente: da reivindicação inicial de 127% (perdas acumuladas de 1995 a 2004) baixamos para 50,19% de forma linear e emergencial (reparação imediata das perdas ocorridas no período de junho de 1998 a dezembro de 2003 conforme artigo 37, Inciso 10 da Constituição Federal e de acordo com o índice ICV do Dieese,).

2 - Em abril, o governo divulga sua proposta de reajuste sobre a GED e GID, que implica num aumento médio de R\$ 850,00 para professores doutores e R\$ 540,00 reais para mestres, especialistas e graduados. Os professores aposentados receberiam apenas 65% des-

ses totais. A direção nacional do Andes insistia em afirmar, entre outras, que a proposta governamental era "INACEITÁVEL". Primeiro porque era em forma de gratificação e ainda pelo seu caráter produtivista e por não contemplar a paridade com os professores aposentados.

3 - Em 21 de junho, o MPOG apresenta duas tabelas a título de simulação: nelas, as gratificações seriam fixas, a paridade estaria garantida, mas é perceptível um rebaixamento dos valores propostos inicialmente para professores ativos. A primeira simulação foi calculada utilizando os recursos da GED para as gratificações dos docentes do magistério superior e os recursos da GID para os professores de 1º e 2º graus, implicando um aumento de, aproximadamente, R\$ 321,00 e R\$ 117,00 para doutores

e mestres do magistério superior respectivamente. Para os professores de 1º e 2º graus os valores totalizariam R\$ 500,00 para doutores e R\$ 382,00 para mestres. As gratificações seriam fixas, perdem o caráter produtivista e passariam a ter outra denominação.

4 - Na segunda simulação do governo os valores foram calculados aplicando os recursos totais relativos a GED e GID para as gratificações dos docentes de ambas as carreiras. Isso implica em um aumento aproximado de R\$ 699,40 para doutores e R\$ 378,91 para mestres do magistério superior. Os professores de 1º e 2º graus, com mesma titulação teriam uma GID aumentada em R\$ 484,00 e 368,00. As gratificações seriam fixas, perdem o caráter produtivista e passariam a ter outra denominação.

5 - No dia 15 de junho, por ocasião da reunião do setor das IFES foi solicitado ao GT Verbas a elaboração de uma contraproposta a partir dos valores plenos da GED e GID, da proposta de abril do MPOG, ou seja, R\$ 850,00 para doutores e R\$ 540,00 para especialistas. Essa proposta foi enviada ao MPOG e o 48º Conad, realizado entre 17 e 20 de junho fixou o dia 25 de junho para a resposta do Governo.

Cultura acadêmica e ações afirmativas

Elio Chaves Flores*
Fátima Solange Cavalcanti**

A comunidade universitária nunca discutiu a sua dimensão trágica e não se incomoda em não ter um pé na África. Essa postura não é similar ao comportamento dos demais estratos das elites brasileiras. A classe política, por exemplo, sempre que pode, anuncia a retórica da diversidade étnica e cultural sugerindo que, de uma forma ou de outra, representa os afro-brasileiros. Quem já não ouviu um candidato a qualquer cargo eletivo no Brasil afirmar pomposamente que sua avó tinha alguma coisa de ascendência africana? Que adorava os seus bolinhos e ria de suas cantigas emboçadas por um tambor imaginário? Mas essa Mama África continua segregada nas favelas, nos terreiros e nos subúrbios de cidades cosmopolitas e, em certas situações, serve de objeto de dissertações e teses da sociologia e antropologia interessadas. Assim, não resta alternativa a não ser sustentar a tese de que, excluindo-se os estudos sobre a escravidão, o africanismo e os afro-descendentes são minimamente considerados por nossa tradição acadêmica. Inobstante, as condições jurídicas, um currículo renovado e as ações afirmativas podem ser os estímulos para a superação dessa questão visceral.

No plano da institucionalidade da República percebe-se um processo que se poderia definir como um paralelismo histórico entre duas dimensões que, se não se iniciarem com urgência, poderá envolver para uma desestabilização geral da sociedade e de suas instituições. Referimo-nos, de um lado, ao aspecto positivo e construcionista da "judicialização da política" como um fenômeno das recentes demandas sociais por justiça e cuidados éticos para com a República; e, por outro lado, a agonística experiência democrática brasileira com sua enorme deficiência no funcionamento efetivo das políticas públicas e o desprezo manifestado pela população em relação aos poderes constitucionais. De modo que um ditado de esquina está se tornando uma máxima sociológica contemporânea: os brasileiros ainda não aprenderam a comer Direito e continuam com muita sede de Justiça.

No que diz respeito à renovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais deve-se lembrar a Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Parte-se do pressuposto de que a universidade teria a obrigação de qualificar profissionais da educação sobre a África e a diáspora africana para que o espírito da lei se torne uma prática curricular, de resto necessária e inadiável. A dinâmica curricular decorrente desse anseio aponta para a necessidade das escolhas dos conteúdos, da historicidade e matrizes étnicas do tempo presente, especialmente para a superação de se pensar a condição do negro e do pardo no Brasil (afro-descendentes) nos limites de um antropologismo tardio.

Pode-se definir esse antropologismo tardio como a persistência de um processo vulgarizador da mitológica democracia racial em que o mundo afro-brasileiro não escaparia do samba, futebol e malandragem. Esse mundo, ainda crivado de exotismo e superstição, seria um fomentador de rituais e crenças ilógicas que arrastariam a matriz africana para longe de qualquer plausibilidade científica. Assim a África surge na estrutura curricular: os portugueses circunavegam o continente etíope em busca do Oriente. Mas os africanos vendem escravos e eles passam a comprar. O mundo atlântico faz o resto: capitalismo, escravidão, tráfico de gente, Brasil. Os séculos coloniais, ontogênesis de homens de fino trato, plasmariam, até que enfim, uma "doce escravatura" terminada pela generosa mão de uma não menos doce e alva princesa, em maio de 1888. Aqui o teor africanista sai da cena da história: fim da escravidão, proclama-se o branqueamento. A República, velha ou nova, não tratará dos negros. No sistema educacional brasileiro, construído à imagem e semelhança das mais caras tradições escravocratas, o problema do negro seria o mesmo da lavoura, ou seja, branquear a

especificamente, nas lutas econômicas e culturais globalizantes das últimas décadas do século 20, ampliam-se as formulações das ações afirmativas como fator de reversão de uma "injustiça estrutural globalizada". Portanto, o que se deve questionar daí por diante é a nossa própria tradição do positivismo jurídico, a formalidade de uma igualdade universal, dado o pressuposto iluminista e burguês de que a lei existe para salvaguardar os possuidores de propriedades, os homens de bens e, não raramente, os ladravazes do patrimônio público. O professor Marcelo Neves afirma que, se a esfera pública situa-se como o campo de tensão entre a constitucionalidade, racional e sistêmica, e o mundo da vida social, multifacetado e dialógico, então a pluralidade dos procedimentos jurídicos, especialmente as ações afirmativas, consubstanciarão o desenvolvimento da "justiça como igualdade complexa". De modo que ao se reconhecer um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a esfera pública como a arena do dissenso e, mais do que isso, de "um dissenso estrutural em torno de valores, interesses, expectativas normativas e discursos", torna-se evidente o valor social afirmativo de vantagens competitivas em benefício de grupos historicamente desfavorecidos por mais de quatro séculos de escravidão e por mais um século de eugenisismo estatal. Assim, as ações afirmativas se fundamentam como "a institucionalização de meios jurídicos-políticos que se destinam a viabilizar a integração igualitária de todos no Estado e na sociedade em geral". Esse seria, portanto, um modo multicultural de "promover mais satisfatoriamente a justiça como igualdade complexa".

Destarte, a defesa das ações afirmativas e sua aplicação imediata no sistema universitário brasileiro tende a ser uma grande contribuição para os que alguns sociólogos vêm designando como a "reinvenção da emancipação social", historicamente adiada na nossa tradição republicana. Essa revolução na economia política e nas mentalidades não viria sem a especulação de um programa criticamente em curso, assim descrito por Boaventura de Sousa Santos: "a democracia participativa; os sistemas alternativos de produção; o multiculturalismo emancipatório; a justiça e a cidadania culturais; a biodiversidade e os conhecimentos rivais; e o novo internacionalismo operário". O cânone jurídico-político brasileiro, limitadamente liberal e sem prática universalista, embora pensamente erigido no ocaso do século 20, precisaria, pois, avançar rumo à pluralização étnica e distributiva da democracia na direção das matrizes culturais indigenista e africanista de nossa formação histórica. Trata-se de uma tese para o fortalecimento da democracia participativa que consiste na "ampliação do experimentalismo democrático".

Não há espaço para se fixar nas críticas, por demais lúcidas e comprobatórias, que desmontaram o arcabouço ideológico que inventou a democracia racial brasileira. Também em que pese as releituras desconstrucionistas e culturalistas da vasta obra de Gilberto Freyre, ela parece que persiste como um referente nos debates étnicos e racialistas no Brasil contemporâneo. Talvez o sentimento mais apropriado seria reconhecer que, embora o conceito raça não passe de uma rasura da categoria étnica e seu corolário, a etnicidade, o racismo nunca opera, como sustentou Stuart Hall, fora dos significantes corporais e visuais. Mas, para além do contorno racialista, o estereótipo cultural se situa no campo das representações em que, o afro-descendente, por exemplo, balizado pelo antropologismo tardio, passa a ser naturalizado como sujeito cultural (musical, dançante, futebolista) e, por isso mesmo, carente de capacidades intelectuais científicas e filosóficas. Com efeito, se as bases ideológicas do racismo biológico declinaram com as lutas africanistas, as argumentações culturalistas etnocêntricas não perderam a sua força no mundo globalizado. Na verdade, como bem observa Hall, "o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo". As pressões multiculturais e as lutas étnicas nos Estados constitucionais, tanto do Ocidente capitalista quanto dos povos emergentes, permitiram a passagem de sociedades nacionais

individuais. Os programas de ação afirmativa, legislação que garanta igualdade de oportunidades, fundos públicos de compensação e um estado de bem-estar social para grupos em desvantagem constituem alternativas jacobinas ao liberalismo formal. Nessa luta de classes cultural, não há como negar que, quanto mais as ações afirmativas e as prerrogativas de cotas se alastrarem rumo à dialética das etnicidades subalternas, mais desestabilizadas estarão as fundações do Estado constitucional liberal e isso para "além dos vocabulários políticos contemporâneos".

Nas lutas por convencimento e situações de embate sobre as ações afirmativas no Brasil, parece ainda prevalecer uma visão cara aos movimentos sociais e às esquerdas revolucionárias, a de que as reivindicações de comunidades etnicamente subordinadas à matriz cultural eurocentrista da formação social brasileira, não abalaria o motor de um capitalismo predatório e excludente: o antagonismo de classes. Embora se reconheça a sua validade explicativa para uma época que não é a nossa, não se pode permanecer nesse tipo de determinação econômica em última instância inebriante. De fato, as lutas econômicas, posto que passam pela barriga e as vísceras, são ainda plasmadas pelas tensões entre o universal e o particular fazendo com que a cor dos brasileiros passe em branco. Depois dos escritos de Florestan Fernandes, das análises radioais de Clóvis Moura, da militância política e intelectual de Abdias Nascimento, dos fundadores e continuadores da Negritude brasileira, dos militantes, homens e mulheres, em prol das lutas emancipacionistas dos afro-brasileiros, o binarismo sociológico clássico (dominantes e dominados) apenas começa a discussão, não pode terminá-la. Nesse sentido, o capitalismo brasileiro, no diapasão de seus séculos, não poderá ser compreendido e não seremos capazes de superar suas velhas e novas realizações excludentes, se não entendermos seus mais famosos labirintos, ou, dito numa linguagem das ruas de Olinda, seus quatro contorcidos cantos: classe, etnia, gênero e região. A consciência desse debate se mistura, pois, com a própria consciência agonística de que a história nada garante sobre uma sociedade desigualmente complexa e tardiamente reflexiva. Temos então, enquanto seres históricos, como diria Homi Bhabha, de forçar os limites do social como o conhecemos para redescobrir um sentido de agência política ou pessoal através do não-pensado dentro dos domínios cívico, psíquico e público.

Com efeito, as evidências dessas proposições não deixam de estar inseridas naquilo que os especialistas vêm chamando adequadamente de a produção social da República. E não se pode subestimar que nas últimas décadas as comunidades que de fato postularam o multiculturalismo, com método e ousadia, percorreram muitos caminhos da luta de classes cultural. Entretanto, salta aos olhos de qualquer cristão ou mouro ou umbandista o abismo entre a nossa democracia jurídica, eurocentrista e formalista, e os direitos à história do continente africano e dos afro-descendentes da diáspora continental. Por isso mesmo, insistimos na tese de que a diversidade cultural ainda não chegou no mundo da ciência, a universidade. Nesse sentido e, ao contrário do que se tem avaliado, pesa sobre os oficiais da comunidade universitária uma enorme carga pelos descaminhos da ciência ensinada. Houve um tempo em que os ideólogos da raça anunciavam apenas um desejo, o branqueamento da sociedade brasileira. O simulacro de um desejo custoso aponta para as máscaras de uma apartação social e étnica apenas tolerada pelos labirintos das cidadanias paralelas. Mas não há como desejar tamanho cinismo para a universidade, essa Casa Grande da soberba e do diploma: porque simplesmente ela deu as costas para os afro-brasileiros no acesso e à África no currículo. Essa situação não mudará enquanto a nossa cultura universitária não se libertar de seu próprio passado, visceralmente colonizado e trágico.

* Professor de História da África da UFPA. Coordenador do

Projeto de Pesquisa História da África, saberes históricos e jacobinismo negro no Brasil contemporâneo (1948-1988).

** Pastoral do Negro da Paraíba e do Disk-Racismo.

alma varrendo os afro-brasileiros da cartografia dos sentimentos e dos direitos. O jacobinismo negro começa a brasileira nos marcos da transformação histórica e, mais

ideologicamente homogêneas para o reconhecimento de sociedades multirraciais. Essa seria a dimensão históricas sociais diferenciadas, a diversidade cultural dos ci-

Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

27 de Julho de 2004 - Nº 44

Comentários sobre as simulações do MPOG

1. Na audiência de 22 de julho o MPOG apresentou duas simulações de reajuste para os professores de ensino superior, ambas na forma de gratificações. A primeira mantém os valores atuais da GED e institui uma nova gratificação fixa: os valores apresentados para cada regime e titulação seriam adicionados à remuneração atual dos docentes, a segunda acaba com a GED e institui uma nova gratificação fixa: os valores apresentados para cada titulação e regime substituiriam os valores atuais da GED.

2. Ambas as simulações têm como ponto de partida o montante de aproximadamente 372 milhões que, segundo o MPOG nessa audiência, estaria alocado para o impacto do reajuste dos professores do ensino superior no ano de 2004. Esse montante corresponde ao impacto da proposta de abril, se aceitos os multiplicadores utilizados pelo governo. Para os ativos, é utilizado um multiplicador de aproximadamente 9,3, que corresponde aos oito meses de reajuste, décimo terceiro (que deve ser recomposto integralmente mesmo aqueles que já receberam 50% em fevereiro) e um terço relativo ao adicional de férias. Sobre esse multiplicador, incide outro de 1,11 (acréscimo de 11%) relativo a despesas que o governo alega ter com a previdência. Para os aposentados e pensionistas, incide apenas o multiplicador 9, correspondente aos oito meses de reajuste e décimo terceiro. O acréscimo de 11% - um recuo na metodologia do governo, que pretendia antes contabilizar um acréscimo de 22% - é passível de questionamento, uma vez que hoje não se constitui em gasto efetivo do governo e os gastos com aposentadorias estão contabilizados nos reajustes dos aposentados e pensionistas. Uma vez aceita a utilização dos 11% no cálculo do impacto, o montante proposto em 22 de julho é muito próximo dos valores calculados pelo GT - Verbas para a proposta de abril.

3. De acordo com os cálculos realizados pelo GT, o impacto de cada uma das duas "simulações" corresponde realmente ao montante de 372 milhões. A convergência no cálculo dos impactos expressa o reconhecimento por parte do MPOG de que o impacto anteriormente por ele divulgado estava muito subdimensionado, exatamente como o GT Verbas já havia diagnosticado.

4. A primeira simulação, ao manter congelados os valores atuais da GED, não atendeu a um dos principais critérios já definidos pelo Setor, que é o da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. A segunda simulação - que acaba com a GED - foi construída, segundo o MPOG, atendendo a critérios e princípios estabelecidos pelo ANDES-SN. Esta simulação mostra que é viável a extinção da GED, tomando-se como ponto de partida o novo montante de 372 milhões.

5. No estabelecimento dos valores relativos a cada titulação e regime, o governo alega ter mantido as relações entre os valores atuais da GED. Há, contudo, uma evidente distorção nos casos dos professores mestres com DE e dos professores titulares mestres e doutores. Os valores propostos para estes docentes sofrem uma redução muito maior que os demais valores, em comparação com a proposta de abril.

6. À exceção dos doutores, os valores propostos de gratificação para o ensino superior são inferiores aos obtidos pelos professores do ensino fundamental e médio no acordo com SINASEFE. Assim por exemplo:

Gratificação por titulação - DE		SINASEFE
ANDES		
Graduado	762,84	533,45
Aperfeiçoamento	762,84	683,85
Especialização	762,84	683,85
Mestrado	1.332,00	1.212,44
Doutorado	1.976,00	2.222,88

7. O acordo assinado pelo SINASEFE com o governo tem um impacto superior ao inicialmente previsto na proposta de abril. Para efetivação do acordo, o governo aumentou os recursos disponíveis em 29% (de 75,8 milhões para 97,6 milhões de reais).

8. O GT concentrou-se no estudo de alternativas à segunda simulação, que viabilizariam a extinção da GED, considerando que a superação dos problemas contidos nessa simulação pode ser buscada através de uma ampliação do montante orçamentário.

ACABA COM A GED E INSTITUI VALOR FIXO

20HS	Qtde Total				VALOR FIXO
	Ativo	Aposentado	Inst Pensão	Total	
Escolaridade					
Graduado	860	1.787	1.501	4.148	180,95
Aperfeiçoamento	22	57	11	90	225,60
Especialização	696	547	155	1.398	225,60
Mestrado	1.074	314	74	1.462	388,91
Doutorado	715	492	651	1.858	547,36
Sem informação	-	-	6	6	547,36
Total	3.367	3.197	2.398	8.962	

40HS	Qtde Total				VALOR FIXO
	Ativo	Aposentado	Inst Pensão	Total	
Escolaridade					
Graduado	609	1.268	594	2.471	352,50
Aperfeiçoamento	32	55	13	100	458,25
Especialização	1.174	1.039	165	2.378	458,25
Mestrado	1.471	680	83	2.234	558,17
Doutorado	1.547	991	390	2.928	1.365,76
Sem informação	-	-	2	2	1.365,76
Total	4.833	4.033	1.247	10.113	

DE	Qtde Total				VALOR FIXO
	Ativo	Aposentado	Inst Pensão	Total	
Escolaridade					
Graduado	1.090	2.878	784	4.753	633,46
Aperfeiçoamento	32	171	26	229	683,85
Especialização	2.248	3.911	361	6.520	683,85
Mestrado	10.602	6.259	448	17.309	1.212,44
Doutorado	18.881	5.975	739	25.595	2.222,88
Sem informação	-	-	2	2	2.222,88
Total	32.853	19.195	2.360	54.408	

TOTAL GERAL: 41.053 28.425 6.005 73.483

"CONGELA" A GED E INSTITUI VALOR FIXO

20HS	Qtde Total				VALOR FIXO
	Ativo	Aposentado	Inst Pensão	Total	
Escolaridade					
Graduado	860	1.787	1.501	4.148	123,25
Aperfeiçoamento	22	57	11	90	133,05
Especialização	696	547	155	1.398	133,05
Mestrado	1.074	314	74	1.462	197,07
Doutorado	715	492	651	1.858	218,49
Sem informação	-	-	6	6	210,19
Total	3.367	3.197	2.398	8.962	

40HS	Qtde Total				VALOR FIXO
	Ativo	Aposentado	Inst Pensão	Total	
Escolaridade					
Graduado	609	1.268	594	2.471	249,50
Aperfeiçoamento	32	55	13	100	267,51
Especialização	1.174	1.039	165	2.378	267,51
Mestrado	1.471	680	83	2.234	369,75
Doutorado	1.547	991	390	2.928	470,59
Sem informação	-	-	2	2	470,59
Total	4.833	4.033	1.247	10.113	

DE	Qtde Total				VALOR FIXO
	Ativo	Aposentado	Inst Pensão	Total	
Escolaridade					
Graduado	1.090	2.878	784	4.753	371,15
Aperfeiçoamento	32	171	26	229	410,36
Especialização	2.248	3.911	361	6.520	410,36
Mestrado	10.602	6.259	448	17.309	544,82
Doutorado	18.881	5.975	739	25.595	745,10
Sem informação	-	-	2	2	745,10
Total	32.853	19.195	2.360	54.408	

TOTAL GERAL: 41.053 28.425 6.005 73.483

Contraproposta do setor das federais

O setor das federais do ANDES-SN analisou, no último sábado, a nova proposta de reajuste salarial apresentada pelo MPOG, no último dia 22, para os docentes da carreira do magistério superior, e o acordo firmado pelo SINASEFE com o governo para os docentes da carreira de 1º e 2º graus. Considerou que tais fatos merecem novas avaliações pelas assembleias das seções sindicais e propôs, então, o adiamento do início da greve de 27 de julho para 5 de agosto para que seja realizada uma rodada de assembleias, terça e quarta-feiras desta semana, e uma nova reunião do setor, no sábado, 31 de julho. As assembleias deverão, também, apreciar a contraproposta indicada pelo setor exigindo a garantia de tratamento isonômico entre as duas carreiras do magistério das IFES.

A proposta salarial apresentada pelo governo e a acordada com o SINASEFE contemplaram o princípio da paridade e a extinção da GID e da GED, duas reivindicações importantes do Movimento Docente. Os avanços registrados devem-se ao posicionamento político firme do Sindicato, orientado sempre por suas assembleias de base. O

A Proposta do setor, em discussão, para a gratificação fixa em substituição à GID e à GED com vistas à isonomia

1) Metodologia usada para a construção da proposta

Esta proposta foi elaborada a partir dos diagnósticos, feitos pelo GT Verbas, da proposta de extinção da GED e criação de uma gratificação fixa para os docentes da carreira do magistério superior, apresentada ao ANDES-SN pelo MPOG na reunião do dia 22 de julho de 2004, e do acordo firmado entre o SINASEFE e o governo para o reajuste salarial dos docentes da carreira do magistério de 1º e 2º graus, cuja tabela de gratificações foi considerada como a proposta do governo para esse conjunto de sindicalizados do ANDES-SN.

Tomando como referência a proposta do ANDES-SN, aprovada pelo Setor das IFES em 15 de junho, o GT verificou que a proposta do MPOG, apesar de estar situada num patamar financeiro inferior ao da proposta do Setor e de conter outras distorções, adiante expostas, aproxima-se desta, no que se refere à extinção da GED e à recuperação da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

As distorções observadas foram, em síntese, as seguintes:

a) quebra da isonomia entre as carreiras do ensino superior e de 1º e 2º graus, expressa nos valores diferenciados propostos para as duas carreiras;

b) reajustes percentuais sensivelmente menores do que os demais para os mestres do ensino superior em regime de Dedicatória Exclusiva (DE), abaixo da inflação de 2003, resultantes do método empregado pelo governo para elaborar a estrutura de gratificações da sua proposta, e

c) reajustes percentuais para os titulares mestres e doutores, de ambas as carreiras, sensivelmente menores do que os propostos para os não-titulares correspondentes, sendo os propostos para o ensino superior abaixo da inflação de 2003, em virtude da fixação da mesma gratificação para titulares e não-titulares e do fato destes terem atualmente remunerações bastante diferenciadas.

A PROPOSTA ALTERNATIVA BUSCOU CORRIGIR ESSAS DISTORÇÕES POR MEIO DOS SEGUINTES CRITÉRIOS:

a) restaurar a isonomia entre as duas carreiras, determinando o mesmo valor da gratificação fixa para os docentes de ambas as carreiras do mesmo regime de trabalho e da mesma titulação, escolhendo, para cada caso, o maior dentre os valores propostos pelo governo para cada uma das carreiras, e

b) acrescentar 15% aos valores determinados na forma anterior para os mestres e doutores, de todos os regimes de trabalho, para fixar as gratificações dos mestres e doutores titulares.

2) Valores obtidos para a gratificação fixa

A aplicação desses critérios resultou nos valores ao lado para a gratificação fixa, conforme o regime de trabalho, a titulação e a classe, iguais para os docentes do ensino superior e do 1º e 2º graus.

Proposta I do GT Verbas Extingue GED e cria gratificação fixa				
titulação	classe	20h	40h	DE
graduação	todas	321,23	572,60	762,84
aperfeiçoamento	todas	321,23	572,60	762,84
especialização	todas	321,23	572,60	762,84
mestrado	titular	493,09	1.114,56	1.531,80
	outra	428,77	969,18	1.332,00
doutorado	titular	629,46	1.570,62	2.556,31
	outra	547,36	1.365,76	2.222,88

3) Impactos orçamentários

O impacto orçamentário total para 2004 desta proposta é de R\$ 540,7 milhões, sendo R\$ 441,5 milhões para o ensino superior e R\$ 99,2 milhões para a carreira de 1º e 2º graus. O impacto total das propostas já apresentadas pelo governo é igual a R\$ 372,7 milhões para o ensino superior (proposta do MPOG) e R\$ 97,6 milhões para o 1º e 2º graus (acordo do SINASEFE), totalizando R\$ 470,3 milhões. Esta proposta exige um aporte adicional de recursos igual a R\$ 70,4 milhões, dos quais R\$ 68,8 milhões seriam usados para o ensino superior e R\$ 1,7 milhões para o 1º e 2º graus.

Este impacto adicional de R\$ 70,4 milhões pode, alternativamente, ser decomposto, para fins de análise, em duas partes correspondentes aos dois critérios usados para construir a proposta: uma parcela de R\$ 52,2 milhões destinada a recompor a isonomia entre as carreiras e R\$ 18,3 milhões para pagar os 15% adicionais dos titulares mestres e doutores.

MPOG viu-se obrigado a reconhecer o equívoco de seus cálculos iniciais, bem como a importância de nossas reivindicações, assumindo a negociação num novo patamar. Se, por um lado, isso se constituiu um avanço, por outro, o fato de o governo ter negociado em separado o salário dos professores da carreira de primeiro e segundo graus, com o SINASEFE, quebrou a isonomia entre os docentes das IFES, colocando em risco a carreira única e a unidade construída entre os servidores públicos da educação. Por isso, o setor está propondo para as assembleias a unidade do conjunto do movimento em torno da defesa da isonomia e a urgência do aprofundamento da mobilização para que a campanha salarial chegue a bom termo. Isto se dará, não apenas em relação aos valores salariais imediatos, mas no estabelecimento de compromissos do governo com um calendário para a incorporação das gratificações, a negociação em torno da carreira docente, a contratação de professores e a extensão dos ganhos salariais aos substitutos. Enfim, as atuais negociações são apenas um momento de uma grande agenda que o Sindicato tem para tratar. Con-

quistar um acordo que reponha minimamente os valores da remuneração dos professores e que, ao mesmo tempo, extinga as gratificações produtivistas, promova a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia no interior das IFES está sendo considerado da maior importância quando a política do governo para o ensino superior é a de promover uma reforma que fragmenta a educação para atender às demandas do mercado. A essa política corresponde a imposição do governo em negociar separadamente os reajustes para as duas carreiras. No caso, o governo adiantou também sua concepção de reforma sindical, uma vez que escolheu o sindicato com o qual negociar, impossibilitando ao ANDES de participar da negociação salarial de parte de sua base.

O ANDES-SN volta a chamar o SINASEFE à unidade para, juntos, retomar a luta pela isonomia na continuidade da campanha salarial e nas demais campanhas que se avizinham. É preciso enfrentar a estratégia adotada pelo governo, ao longo de toda a campanha salarial, de dividir os servidores para enfraquecê-los.

PROPOSTAS PARA APRECIACÃO E DEFINIÇÃO NA ASSEMBLÉIA DA ADUFPB (27/07/2004)

	Proposta 1 MPOG (R\$)	Proposta 2 - GT Vb Setor IFES (R\$)	Proposta 3 - GIL (R\$S)	Proposta 4 93% de B (R\$)	Proposta 5 Maio (R\$)
Doutor Titular	454,68	788,11	858,08	930,00	1002,40
Doutor Adjunto	726,28	726,28	726,28	800,00	848,40
Mestre	280,00	380,00	481,99	500,00	540,00
Aperfeiçoamento	276,45	355,44	461,99	500,00	540,00
Especialista	276,45	355,44	461,99	500,00	540,00
Graduado	215,65	445,44	461,99	500,00	540,00
Impacto	R\$ 372.000.000,00	R\$ 372.000.000,00 + 70.448.042,00	R\$ 372.000.000,00 + 87.279.747,00	R\$ 372.000.000,00 + Zero	R\$ 372.000.000,00 + 40.000.000,00
	Isonômica Paritária	Paritária Isonômica 1º, 2º e 3º Graus Calendário Incorp	Paritária Isonômica 3º Grau Calendário Incorp	Paritária Isonômica 3º Grau Calendário Incorp Retroativo Julho	Paritária Isonômica 3º Grau Calendário Incorp Retroativo Julho

A PRIMEIRA PROPOSTA, elaborada pelo MPOG, está detalhada no texto da primeira. Os valores para cada um dos níveis da carreira são muito baixos e estabelece a paridade entre ativos e aposentados mas não estabelece a isonomia entre 1º, 2º e 3º graus.

A SEGUNDA PROPOSTA foi elaborada pelo GT Verbas e referendada pelo setor da Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Sindicato Nacional. Ela garante a paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre docentes de 1º, 2º e 3º graus das universidades. Para sua implementação, será necessário o aporte de mais R\$ 70 milhões aos R\$ 372 milhões disponibilizados pelo Governo.

A TERCEIRA PROPOSTA foi elaborada pelo professor Gil Vicente, da Universidade de São Carlos. Nela, foi empregado o percentual de 86% do valor máximo proposto pelo Governo da proposta de abril e distribuído entre todos os níveis da carreira docente. Para sua implementação é necessário o acréscimo de mais R\$ 87 milhões aos R\$ 372 milhões já disponibilizados pelo governo.

A QUARTA PROPOSTA adota 93% dos valores propostos pelo Governo na proposta de abril, de forma paritária entre ativos e aposentados e não inclui os professores de 1º e 2º graus, haja visto que o acordo com o SINASEFE já os contempla em patamares considerados bons. Neste caso, não existe acréscimo a ser feito na proposta governamental de R\$ 372 milhões.

A QUINTA PROPOSTA é exatamente a que aprovamos na última assembleia da ADUFPB (22/07). Contempla a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre 1º, 2º e 3º graus. Porém para torná-la palatável será necessário que os valores não retroajam a MAIO e sim a JULHO, totalizando um acréscimo de R\$ 41 milhões.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES EM 24/07/2003

COMPONENTES DA MESA: Marina (UFF), Paulo Riso (UFSC), Marcio (UFJF), Gilberto (CEFETCMG), Paulo Cresciolo (UFF).

Período da Manhã DOS INFORMES

Este é o momento em que as ADs e a Diretoria do ANDES SN apresentam os seus informes.

Dos informes das ADs, depreende-se em relação a greve que:

- 01 Universidade a UFBA têm seus docentes em greve.
- 08 Universidades encontram-se com indicativo de greve dos docentes para, o dia 27 de agosto.
- 05 Universidades com indicativo de greve dos docentes para outras datas.
- 05 Universidades com indicativo de greve dos docentes sem data.
- 04 Universidades têm assembleia dos docentes esta semana para deliberar.
- 05 Universidades não têm deliberações dos docentes.
- 04 Universidades têm deliberações em assembleias dos docentes contra a greve.
- 29 Universidades não apresentaram informações.

Depreende-se que a grande maioria das ADs, por estarem as universidades em recesso têm feito assembleias e deliberado com quoruns extremamente reduzidos.

Depreende-se ainda pelos depoimentos dos delegados com exceção do delegado ADUFCG que afirmou estar no dia 27 deste instalando o comando de greve, que não há motivação das bases para greve, umas por estarem em recesso, outras não há motivação para a greve por estarem em pleno processo de negociação e outras não há motivação para a greve por ambas as razões.

No que concerne as negociações observamos que em todos os depoimentos, com exceção dos delegados da ADUFRG, ADUFRJ, APUBH e ADUFSC, foram comuns as deliberações das bases, quais sejam:

- Paridade entre ativos e aposentados.
- Isonomia entre os docentes do 1º, 2º, e 3º graus.
- Calendário de Incorporações.
- Plano de carreira.
- Negociar valores tendo como referência a proposta de abril.
- Extinção da GED.

Durante os Informes da Diretoria a Presidente do ANDES, Profa. Marina mais uma vez relatou o histórico das negociações do ANDES com o MPOG e MEC informando que o MPOG reconheceu que os números apresentados anteriormente estavam equivocados, que a metodologia de considerar os valores pela média da GED também estava equivocada, que na reunião de quarta feira (21/07) foi admitido que o valor correto disponibilizado de R\$372.000.000,00 (trezentos e setenta e dois milhões).

Informou ainda que o ANDES mantém e vai manter boas relações com o SINASEF, porém reafirmou suas críticas ao procedimento do governo e do próprio SINASEF quando negociaram separadamente, reafirmou que nas negociações anteriores estavam inclusos os docentes do ensino docentes do 1º, 2º graus e que foi surpreendida ao ser convidada para a assinatura de um acordo no qual o ANDES não havia participado e que a mesma, após análise, julgava péssimo para a categoria.

Ainda dentro dos informes da diretoria o Prof Paulo Riso (Diretoria da ANDES), informou:

- 1 - ter saído uma nota do MEC dizendo que o dia 28 era o último dia para negociação com os Docentes do Ensino Superior das IFES.
- 2 - ressaltou a importância do SINASEFE retomar a luta pela isonomia.
- 3 - informou que o governo trabalha com a lógica da separação e que para eles o ensino fundamental e médio não tem nada a ver com a universidade que os CEFETs e os Colégios de Aplicação têm regulamentação própria.
- 4 - informou ainda que está sendo construído por um grupo de reitores a ideia de retirada dos mesmos da universidade.
- 5 - informou que está convocando o GT de Educação e o GT de Carreira para estudar o caso dos professores do 1º e 2º graus, dos colégios agrícolas, analisar a LDB no que tange a sua relação com a reforma universitária.
- 6 - informou que ao receber as tabelas salariais do governo, convocou o GT de Verbas que foi instalado na quinta feira com a missão de analisar as tabelas e elaborar uma contraproposta para apresentá-la na reunião do Setor das IFES.
- 7 - informou que a razão da reunião do Setor das IFES era exatamente a apresentação e discussão das tabelas salariais apresentadas pelo governo e a contra proposta do ANDES concluindo com esta fala as atividades da primeira parte da reunião (Manhã).

PERÍODO DA TARDE

O GT de Verbas representado pelo Prof. Miguel, apresentou a análise das propostas do governo que foi a seguinte:

Quanto à primeira proposta do governo:

Não foi analisado por que a mesma não atendia aos princípios básicos da paridade e da isonomia nem extinguiu a GED. Explicou ainda que a GED ficava congelada e que quando o Ministério foi indagado sobre o significava congelar eles não souberam responder.

Quanto à segunda proposta do governo:

■ o GT de Verbas concordou que o valor do Impacto, para aquela proposta, estava correto e importava em R\$372.000.000,00 (trezentos e setenta e dois milhões).

■ observou que os Professores Titulares e Mestres foram penalizados com valores de reajuste bastante inferiores ao da proposta de Abril.

■ observou que algumas categorias tiveram os percentuais de reajustes abaixo de 9,3%.

■ observou que com exceção dos Doutores os valores das gratificações

estão inferiores aos valores obtidos na negociação do SINASEF.

■ Concordou que ela promovia a paridade e isonomia, extinguiu a GED mas não incluiu os docentes do 1º, 2º graus da base do ANDES.

Quanto às Propostas Elaboradas no GT de Verbas:

No GT de Verbas foram elaboradas duas propostas, a mesa distribuiu então as mesmas para análise dos participantes ficando os Professores José Miguel (ADFRJ) e Gil (ADUFSC) para apresentarem as respectivamente propostas.

A proposta apresentada pelo Prof. José Miguel por nós denominada de Proposta 1 segue anexa ao relatório.

Esta proposta extingue a GED e a GID, promove a paridade e a isonomia entre professores do 1º, 2º e 3º Graus

Para melhor compreensão transcrevemos apenas a tabela do valor do reajuste e percentual que trata do Magistério Superior com Dedicção Exclusiva.

GRADUAÇÃO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	445,04	15,56
	4	445,04	18,37
Adjunto	3	445,04	19,03
	2	445,04	19,73
	1	445,04	20,47
Assistente	4	445,04	21,95
	3	445,04	22,73
	2	445,04	23,51
	1	445,04	24,29
Auxiliar	4	445,04	25,88
	3	445,04	26,72
	2	445,04	27,57
	1	445,04	28,42

APERFEIÇOAMENTO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	355,44	11,56
	4	355,44	13,60
Adjunto	3	355,44	14,07
	2	355,44	14,57
	1	355,44	15,10
Assistente	4	355,44	16,16
	3	355,44	17,72
	2	355,44	17,72
	1	355,44	17,82
Auxiliar	4	355,44	18,94
	3	355,44	19,54
	2	355,44	20,13
	1	355,44	20,73

ESPECIALIZAÇÃO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	355,44	10,94
	4	355,44	12,89
Adjunto	3	355,44	13,55
	2	355,44	13,83
	1	355,44	14,33
Assistente	4	355,44	15,35
	3	355,44	15,89
	2	355,44	16,42
	1	355,44	16,86
Auxiliar	4	355,44	18,04
	3	355,44	18,61
	2	355,44	19,19
	1	355,44	19,77

MESTRADO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	579,80	14,09
	4	380,00	10,65
Adjunto	3	380,00	10,97
	2	380,00	11,31
	1	380,00	11,66
Assistente	4	380,00	12,36
	3	380,00	12,72
	2	380,00	13,08
	1	380,00	13,43

DOCTORADO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	788,11	14,19
	4	726,28	15,71
Adjunto	3	726,28	16,15
	2	726,28	16,61
	1	726,28	17,08

Quanto a metodologia da proposta 1

A tabela foi elaborada a partir dos maiores valores constantes na proposta do SINASEF e na proposta 2 do governo.

Quanto ao Impacto:

Para atingir os valores apresentados faz-se necessário um acréscimo de R\$70.448.042,00 aos R\$372.000.000,00 disponibilizado pelo governo para negociação.

A proposta apresentada pelo Prof. Gil Vicente por nós denominada de Proposta 2 segue anexa ao relatório.

Esta proposta extingue a GED e promove a paridade

Para melhor compreensão transcrevemos apenas a tabela do valor dos reajustes e percentual que trata do Magistério Superior com Dedicção Exclusiva.

GRADUAÇÃO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	481,99	18,10
	4	481,99	19,1
Adjunto	3	481,99	19,6
	2	481,99	20,5
	1	481,99	21,2
Assistente	4	481,99	22,9
	3	481,99	23,6
	2	481,99	24,4
	1	481,99	25,2
Auxiliar	4	481,99	26,9
	3	481,99	27,7
	2	481,99	28,6
	1	481,99	29,5

APERFEIÇOAMENTO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Percentual
Titular	U	481,99	15,0
	4	481,99	17,7
Adjunto	3	481,99	18,3
	2	481,99	18,9
	1	481,99	19,6
Assistente	4	481,99	21,0
	3	481,99	21,7
	2	481,99	22,4
	1	481,99	23,2
Auxiliar	4	481,99	24,8
	3	481,99	25,4
	2	481,99	26,2
	1	481,99	26,9

ESPECIALIZAÇÃO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Porcentual
Titular	U	481,99	14,2
	4	481,99	16,8
Adjunto	3	481,99	17,3
	2	481,99	18,0
	1	481,99	18,6
Assistente	4	481,99	20,0
	3	481,99	20,7
	2	481,99	21,3
	1	481,99	22,0
Auxiliar	4	481,99	23,4
	3	481,99	24,2
	2	481,99	24,9
	1	481,99	25,7

Quanto a metodologia da proposta 2

A tabela foi elaborada tendo como base de cálculo 85,6% dos valores da tabela de Abril.

Quanto ao Impacto:

Para atingir os valores apresentados faz-se necessário um acréscimo de R\$87.279.747,00 aos R\$372.000.000,00 disponibilizado pelo governo para negociação.

MESTRADO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Porcentual
Titular	U	481,99	14,09
	4	481,99	10,85
Adjunto	3	481,99	10,97
	2	481,99	11,31
	1	481,99	11,68
Assistente	4	481,99	12,36
	3	481,99	12,72
	2	481,99	13,08
1	481,99	13,43	

DOCTORADO

Classe	Nível	Proposta 1 do GT de Verbas	
		Reajuste	Porcentual
Titular	U	858,08	15,5
	4	726,28	15,7
Adjunto	3	726,28	16,1
	2	726,28	16,6
	1	726,28	17,1
Assistente	4	553,71	15,1
	3	553,71	15,5
	2	553,71	15,9
	1	553,71	16,4
Auxiliar	4	720,47	28,2
	3	720,47	27,0
	2	720,47	27,8
	1	720,47	28,6

DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS:

A maioria das ADS presentes posicionou-se pela extinção imediata da GED e da GID à exceção da ABUBH, ADUFRGS e ADUFSC que apontaram pelo recebimento da GED em seus valores de Abril e a incorporação da mesma a partir de Janeiro.

Na proposta dessas ADs seria necessário o compromisso do governo em incluir no orçamento de 2005 recursos para atender a exigência apresentada.

Além das duas propostas elaboradas pelo GT Verbas duas outras foram apresentadas durante as discussões, quais sejam:

PROPOSTA 3 - Aumento da GED nos valores propostos pelo governo em Abril, extinção da GED a partir de janeiro de 2005 com a criação de uma nova gratificação utilizando os valores máximos da GED para professores da ativa e aposentados e incorporação das gratificações até janeiro de 2006.

PROPOSTA 4 - Extinção da GED e GID e gratificação diferente por titulação, com valores iguais para ativos e aposentados (paridade) e com os mesmos valores da proposta de abril. O pagamento desta gratificação só deveria ocorrer a partir de julho de 2004.

DESSAS QUATRO PROPOSTAS, APENAS DUAS FORAM VOTADAS NO SETOR DAS IFES, quais sejam:

A proposta 1 do GT Verbas e a proposta 3.

Com 21 votos contra 3 a proposta 1 do GT Verbas foi vencedora e deverá ser encaminhada pela diretoria da ANDES as ADs para deliberação em nova rodada de assembleias nos dias 27 e 28 de julho.

Com relação a proposta de indicativo de greve para o dia 27/08 o setor das IFES deliberou por ampla maioria seja adiado para o dia 05/08/2004.

*Prof. Homero Catão M. da Trindade
Prof. Tadeu Antonio de Azevedo Melo*

QUADRO DE MOBILIZAÇÃO

FORNECIDO PELO SINDICATO NACIONAL ATÉ O DIA 22 DE JULHO DE 2004

Das 63 Seções Sindicais do ANDES, 28 APROVARAM indicativo de greve. Destas, 10 possuem indicativo para o dia 27 de julho de 2004, e 07 para o mês agosto em datas variadas. As outras 11 universidades que aprovaram indicativo de greve não precisaram data, ou remeteram a decisão para o retorno do recesso escolar.

Até o dia 22, 35 Seções Sindicais decidiram não aprovar o indicativo de greve ou não informaram a Direção do ANDES o estado de mobilização das ADS.

SEÇÃO SINDICAL	Indicativo de Greve		Deflagração de Greve - Data		Próxima AG
	S	N	S	N	
01 ADUFAC - Fed. Acre					23/7 - 6h30
02 ADUA - Amazonas	X			X	Após recesso - 16/ago
03 SESDUFRR - Roraima	X			X	Assambleias semanais
04 ADUNIR - Rondônia	X		02/ago		01/ago
05 ADUFPA - Pará	X		19/ago		Semana anterior à deflagração
06 ADFCAP - C. Agrárias Pará	X		05/ago		27/Jul
07 SINDUFAP-SSINDICAL - Docentes UNIFAP					Sem informação
08 APRUMA - Maranhão	X		23/ago		23/ago
09 ADUFPI - Piauí	X			X	Agosto
10 SINDCEFET-PI - CEFET-PI				X	Sem informação
11 ADUFC - Ceará	X			X	Primeira semana de agosto
12 SINDCENTEC-SSindical - CENTEC					Sem informação
13 ADURN - Natal					23/Jul
14 ADEESAM - Doc. da ESAM					Início de agosto
15 ADUFPB - PB	X		27/Jul		27/Jul
16 ADUFCG - Campina Grande	X		27/Jul		
17 ADUFPB-PATOS - Patos	X				Sem informação
18 ADUC - Cajazeiras	X		27/Jul		
19 ADUFEPE - PE	X		27/Jul		27/Jul
20 ADUFERPE - Rural PE	X		27/Jul		27/Jul
21 ADUFAL - Alagoas		X			24/Jul
22 ADUFS - Sergipe	X			X	Sem informação
23 APUB - Bahia	X		21/7		20/Jul
24 ADUmB - Brasília					09/ago
25 ADUFG - Goiás		X		X	
26 SINDCEFET-GO CEFET-GO.					Início de agosto
27 ADCAC - UFG					Sem informação
28 ADCAJ - Jataí					Sem informação
29 SESDUFMT - Tocantins	X	X			4ª semana de agosto
30 ADUFMAT - Mato Grosso	X		16/ago		16/Jul
31 ADUFMAT-ROO - Rondonópolis	X		Após 16/ago		16/Jul
32 ADUFMS - Mato Grosso do Sul		X			
33 ADOURADOS - Mato Grosso	X			X	05/ago
34 APUBH - Minas Gerais					15/Jul
35 SINDCEFET-MG - CEFET-MG					Sem informação
36 ADUFU - Uberlândia	X		27/Jul		27/Jul
37 ADFMTM - Triângulo Mineiro	X			X	Próxima semana
38 APESJF - Juiz de Fora					12/ago
39 ASPUV - Viçosa	X		27/Jul		26/Jul
40 ADUFLA - Lavras	X			X	agosto após recesso
41 APROFEI - Itajubá		X			Sem previsão
42 ADUFOP - Ouro Preto					Sem informação
43 SINDCEFET-Ouro Preto - CEFET					Sem informação
44 ADUFNREI - São João Del Rey					22/Jul não deu quorum
45 SINDEFQA - Farmac Odont. Alfenas					Sem informação
46 SINDUNIT - UNIT					Sem informação
47 ADUFES - Espírito Santo	X				
48 SINDFAEID - FAFEID.					
49 ADUF RJ - Rio de Janeiro		X			
50 ADUNI-RIO - Estado do Rio					21/Jul
51 ADCEFET-RJ -					Sem informação
52 ADUFF - Fluminense					27/Jul e ate público
53 ADUR-RJ - Rural do Rio	X		27/7		
54 ADUNIFESP - Paulista de Medicina					28/7
55 ADUFSCar - São Carlos		X			
56 ADAPA - Academia de Força Aérea					Sem informação
57 APUFSC - Santa Catarina	X		27/Jul		Após recesso
58 APUPFR - Paraná	X				Estão em AG permanente
59 SINDCEFET-PR - CEFET-Pr		X			
60 ADUFURG - Rio Grande do Sul	X	X			
61 ADUFURG - Rio Grande	X		13/08		1ª semana de agosto
62 ADUFFel - Pelotas	X		27/Jul		Próxima semana
63 SEDUFSM - Santa Maria	X			X	3/8

NOTA PÚBLICA

O ANDES-SN se dirige às entidades do movimento organizado dos trabalhadores e estudantes e às que aglutinam setores comprometidos com o processo de consolidação da democracia no país e com a defesa dos direitos da maioria da sociedade brasileira para denunciar o recuo do governo no processo de negociação do reajuste salarial de 2004 dos docentes das instituições federais de ensino.

Desde abril, estabeleceu-se um processo negocial que se iniciou com o governo propondo um reajuste na gratificação de caráter produtivista que compõe os salários desses professores, mantendo a não-paridade entre ativos e aposentados (aposentados recebem 60% do valor da gratificação ou a média dos 2 últimos anos).

Essa proposta foi rejeitada pela esmagadora maioria das assembleias gerais da base do ANDES-SN e foi elaborada uma contraproposta pelo Movimento Docente que assegura:

- 1) extinção da gratificação produtivista;
- 2) paridade entre ativos e aposentados; e
- 3) isonomia entre as três carreiras (1º, 2º e 3º graus).

Flexibilizou-se em vários pontos, no sentido de que isso pudesse ser assegurado inclusive por meio de gratificação fixa, com calendário para incorporação das mesmas.

Durante esse processo, o governo fechou acordo com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica e Profissional), que, por opção política do governo, abrange todos os docentes de 1º e 2º graus federais (22.400 docentes), inclusive da base do ANDES-SN. Isso sem permitir que esta parte da categoria fosse consultada, pois não entregou ao ANDES-SN proposta para ser avaliada pela suas bases.

Esse acordo extingue a gratificação produtivista deste segmento docente e cria uma nova gratificação, fixa e paritária. Para isso, o governo disponibilizou R\$ 92.800 milhões, R\$ 21 milhões a mais do que era previsto em sua proposta de abril.

Esta atitude desrespeita claramente uma entidade sindical nacional e revela o "modus operandi" do governo no que se refere à relação com os movimentos sociais organizados dos trabalhadores.

No que se refere ao ANDES-SN, o governo apresentou, neste período, simulações diferenciadas de reajustes (no caso, para os docentes do 3º grau – 74.000), que inicialmente se limitavam a R\$ 231 milhões. No processo, o Sindicato, atuando junto ao MEC e ao MPOG, demonstrou que a metodologia do governo estava equivocada e que, de fato, para assegurar sua proposta inicial para este

segmento, seria necessário R\$ 372 milhões, o que foi reconhecido pelos representantes do governo. No dia 28/7, o governo apresentou simulações com este montante.

Cabe ressaltar que foram acordadas com o Ministério do Planejamento e Ministério da Educação a extinção da gratificação produtivista e a paridade entre ativos e aposentados. Acordo divulgado por esses Ministérios em diversos órgãos de imprensa e divulgação.

Analisando as simulações, o Movimento Docente, em suas assembleias gerais, deliberou por partir da simulação do governo, que propunha o fim da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e da paridade, e reivindicar um aporte da ordem de R\$ 72 milhões, o que seria de fato um aporte além do previsto pelo governo, para viabilizar a sua proposta de abril, e serviria para corrigir distorções no que se refere à isonomia entre as carreiras.

Nesse curso, o ANDES-SN decidiu adiar o indicativo de greve por acreditar que se avançava na construção de uma solução que corresponderia às demandas dos docentes.

No último dia 30, o governo apresentou uma proposta que, segundo ele, é a primeira oficial e a única possível.

Para estarcimento de todo o Movimento Docente, o governo apresentou uma proposta que mantém a gratificação, suspendendo seu caráter produtivista, aumenta para 65% o percentual da gratificação paga aos aposentados e viabiliza reajustes acima da inflação do ano de 2003.

Essa proposta é um retrocesso frente ao acordo de extinção da gratificação produtivista e de recuperação da paridade entre ativos e aposentados.

Duas questões imediatas se colocam:

1) o governo assinou um acordo para uma parte dos docentes do ensino superior que garante os princípios da paridade e fim da produtividade e se nega a fazer o mesmo para outra parte; e

2) o governo aportou R\$ 21 milhões para o reajuste de 22.400 docentes de 1º e 2º graus e se nega a aportar R\$ 70 milhões para 74.000 docentes de 3º grau.

O que está em jogo é a defesa das instituições públicas de ensino superior, nas quais as condições de trabalho e de salário dos docentes são fundamentais.

Solicitamos o apoio dessa entidade à luta do nosso Sindicato no sentido de fazer valer nossas justas reivindicações.

Diretoria do ANDES-SN
Brasília, 2 de agosto de 2004

Relatório da Reunião do Setor dos Docentes das IFES

Brasília, 31 de julho de 2004

AVALIAÇÃO

A Diretoria avalia que a proposta apresentada pelo governo em 30/7, na mesa de negociação com o MPOG, é estarecedora considerando a expectativa criada no processo em curso e a aproximação conceitual do acordo com o MEC e com o MPOG no que trata do fim da gratificação produtivista e da paridade, mediante as declarações do governo à imprensa de que esta era sua proposta preferencial, e do acordo assinado com o SINASEFE, extinguindo a GID, garantindo a paridade entre ativos e aposentados. O ANDES-SN tem a clareza política de que se manteve firme, mostrando os erros metodológicos do trabalho apresentado nas tabelas do governo "simulações" com o cálculo médio da GED. Fizemos inflexões na nossa proposta no sentido de aceitar uma nova gratificação não-produtivista e adiar a greve para

construir um processo negocial com o governo. Em nenhum momento, houve um aporte adicional de recursos em relação aos valores de abril, mas sim um reconhecimento do erro de cálculo, que resultou em uma diferença de 140 milhões. A proposta apresentada ontem (30/7) representa um retrocesso que desrespeita os docentes e o ANDES-SN, sendo inaceitável porque vai de encontro às decisões de Congresso, Setor e AGs. Os informes dessa reunião do setor mostram uma unidade pela extinção da GED e pela paridade, e essa unidade não é menos importante, ela é decisiva para o Movimento Docente. Temos que sustentá-la pela responsabilidade de manter os princípios construídos em relação a paridade e isonomia, e o fim de gratificação produtivista. Para viabilizar nossa proposta, precisamos de mais recursos

e de estarmos dispostos a brigar por isso.

A reunião avaliou também que não podemos perder de vista que a nossa defasagem salarial é de 127%, e também a necessidade de lutarmos contra as reformas universitária, trabalhista e sindical, e que está havendo um ascenso do movimento estudantil que tem realizado atos contra a reforma universitária, inclusive com paralisações de atividades em algumas universidades. Algumas avaliações enfatizaram a necessidade da greve para conseguirmos algo mais com o governo, e que a greve deve ter um caráter de denúncia do desrespeito do governo ao ANDES-SN, aos SPF e ao povo brasileiro. Denunciar também a tática do governo de dividir os trabalhadores, aposentados e ativos, as diferentes categorias, apostando na política que tem como eixo as gratificações.

QUADRO DE MOBILIZAÇÃO E INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS - ATÉ 31/07/2004 *

(*) Fonte: Relatório SETOR DAS IFES

AD	DATA AG	PRESEÇA	ENCAMINHAMENTO
ADUFEPE	27/07/2004	165	Deflagração da greve para o dia 05/08/04
APUB	28/07/2004	122	Suspensão da greve
ADURN-S.SIND	23/07/2004	87	Indicativo de greve sem data
ASPUV	27/07/2004	79	Indicativo de greve para 05/08/2004
ADUFERPE	27/07/04	78	Indicativo de greve para o dia 05.08.
ADUFG	30/07/04	81	Contrário ao indicativo de greve para o dia 05 de agosto.
APUBH	30/07/04	23	Contrário ao indicativo de greve para o dia 05 de agosto.
APROFURG	29/07/04	30	Sem informação
SINDOCEFET-PR	30/07/04	08	Falta de quorum. Não deliberou.
ADUFMS	29/06/04	50	Recesso escolar
ADUFPEL	26/07/04	80	Indicativo de greve sem data.
APUFSC	28/07/04	62	Não apreciou o indicativo de greve.
APUFPR	27/07/04	50	Indicativo de greve sem data.
ADUFAL	27/07/04	42	Falta de quorum.
ADUR-RJ S.SIND.	27/07/04	53	Indicativo de greve para 05.08
ADUFMAT-S.SIND.	27/07/04	72	Indicativo de greve sem data.
ADUFF		48	Sem informação sobre indicativo de greve.
APES JF	29/07/04	37	Indicativo de greve para 05/08
ADUNI-Rio/S. Sindical.	29/07/04	32	Falta de quorum.
ADFUNREI	28/07/04	34	Falta de quorum.
SEDUFMS			Indicativo de greve sem data
ADUFScar.	28/07/04	25	Indicativo de greve não foi avaliado.
ADUFRGS.	27/072004	53	Rejeição do indicativo de greve para 05/08.
ADUFU-SS	27/07/04	24	Indicativo de greve para 05/08/04
ADUFRJ	29/07/04	60	Indicativo de greve nacional a partir do dia 05/08
ADUFS-SE	27/07/2004	80	Indicativo sem data.
ADUFMAT - S. Sindical	27/07/04	72	Indicativo sem data.
ADUFPB	27/07/2004	397	Indicativo de greve para o dia 05/08.
ADFCG	27/07/2004	173	Rejeição do indicativo de greve.
ADUNB.			Em recesso.
ADUFC	29/07/04	80	Indicativo de Greve para o dia 05/08

O setor das IFES como patrão

Derval Golzio

As propostas remetidas pelo setor das Federais para a discussão das bases - a do governo e a aprovada pelo próprio setor das IFES - nos coloca em posição desfavorável. Como na canção: "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come".

Inegavelmente, a proposta do Governo é ruim, haja visto que não estabelece a paridade entre ativos e inativos nem tampouco a isonomia entre 1º, 2º e 3º graus. Mas, é compreensível, já que se trata de uma proposta vinda do patrão.

A tentativa de empurrar goela abaixo a proposta do GT Verbas, aprovado pelo Setor das IFES nos faz estranhar. A proposta é ruim porque sugere que ganhemos menos que a proposta do governo e menos do que a proposta que aprovamos na assembléia da semana passada (27/07). É ruim ainda porque estabelece majorações que não levam em consideração a carreira. A sua efetivação depende da adição de mais 70 milhões aos 372 disponibilizados, enquanto a que aprovamos só dependia do aporte de mais 29 milhões.

A proposta do setor das IFES é mais patrão que a do próprio governo e menos palatável que a proposta

aprovada pelos professores da UFPB por mais de 227 votos (190 do Campus I, 15 de Bananeiras e 22 de Areia), na assembléia realizada dia 27 de julho. Infelizmente não foi publicizada na página do nosso Sindicato Nacional, não foi remetida para outras seções sindicais e não foi levada em consideração na Mesa de negociação com o Governo.

A questão que se coloca é: como aglutinar forças em torno de uma proposta (a do setor das IFES), que aponta para a desconsideração da titulação acadêmica? A proposta é indefensável, é divisionista e de eficácia duvidosa. Que o Governo haja como patrão, repito, é compreensível, mas que o sindicato assuma uma proposta que penaliza os docentes, é inaceitável.

PROPOSTAS PARA ANÁLISE - AG 03 DE AGOSTO DE 2004

	Proposta RN - 1	Proposta - 2 Setor IFES (RS)	Proposta - 3 - MPOG Em 30 de Julho (RS)
Dr. Titular	1.002,40	788,11	1002,40
Dr Adjunto	848,40	726,28	848,40
Mestre	540,00	380,00	540,00
Aperf.	540,00	355,44	540,00
Espec.	540,00	355,44	540,00
Graduado	540,00	445,44	540,00
Impacto	29.749.788,74	70.448.042,00	372.000.000,00
	Paritária Isonômica 1º, 2º e 3º Graus Calendário Incorp Retroativo Julho	extinção da GED paridade ativos/aposentados; Isonomia 1º/ 2º/ 3º graus; calendário de incorporações; retroativa a maio;	suspensão da GED; ativos recebem GED cheia, aposentados 60% para 65%; governo sinaliza na direção da extinção GED, paridade e isonomia; e incorporações retroativa a maio

Relatório Jurídico - 02 de agosto de 2004

Fonte: Assessoria Jurídica/ADUFPB

3,17%

O Juiz mandou ouvir as partes sobre a certidão do setor de cálculos da Justiça Federal, a qual certifica que o aumento concedido em janeiro de 2002 não foi decorrente da Lei que reconheceu o direito ao percentual de 3,17% e, portanto, que a UFPB não implantou esse percentual administrativamente naquele mês e ano. Aguarda-se, assim, o despacho do Juiz determinando o pagamento do valor referente ao período em que ocorreu a suspensão - abril/2002 a maio de 2003. Em paralelo, continuam sendo elaborados os cálculos referentes ao período de 1995 a 2000. Esperamos que os valores que estão sendo apurados entrem no orçamento da UFPB para pagamento no ano de 2006.

3,17% - GRUPO QUE AINDA NÃO FOI IMPLANTADO

Aguarda-se julgamento pela Justiça Federal

FGTS

1º Grupo - Aguarda-se até sexta-feira, dia 30/07/02, o despacho do Juiz autorizando o levantamento dos valores já depositados pela CEF. Em seguida, o Juiz deverá determinar que o setor contábil da Justiça Federal apure o valor devido pela CEF, o qual deverá ser depositado posteriormente nas contas vinculadas dos substituídos, por determinação judicial.

A CEF apresentou os valores que depositou sobre os quais a ADUFPB se manifestará nesta semana. Em seguida, o processo será submetido a apreciação do Juiz da causa que, provavelmente, determinará a liberação do valor depositado e a apuração do saldo remanescente devido pela CEF. A apuração será efetuada pelo setor contábil da Justiça Federal o qual levará em consideração os extratos já anexados ao processo.

2º Grupo - Aguarda-se até o final do mês de agosto, prazo que a CEF tem para depositar os valores decorrentes da condenação. Em seguida, iremos requerer a liberação dos valores depositados e a posterior apuração do saldo remanescente, nos mesmos valores que no 1º grupo.

IMPOSTO DE RENDA

Vara do Trabalho

PRECATÓRIO 16,19%

A ADUFPB requereu ao Juiz da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa que officie à Receita Federal informando os valores pagos. Com isso, aguardamos a liberação do Imposto de Renda retido pelo Ministério da Fazenda.

11% - Desconto dos Aposentados

Sobre o desconto dos aposentados há divergência quanto ao entendimento da constitucionalidade sobre a cobrança da contribuição. O presidente do Supremo já se manifestou contrário as liminares concedidas a favor dos aposentados. Iniciado o julgamento da ADIN que discute a constitucionalidade da cobrança, dois ministros votaram a favor dos aposentados. Sendo que um votou contra e o Ministro Peluzzo pediu vistas nos autos o que ocasionou a suspensão do julgamento. Aguarda-se o julgamento no mês de agosto/04, bem como o julgamento do Agravo Regimental interposto pela ADUFPB contra a decisão que negou a liminar requerida pelo Sindicato junto ao Tribunal da 5ª Região.

Professor da UFPB envia carta a Ministro enfatizando indignação pelo fim do PICDT

São Carlos - SP, 17 de Junho de 2004.

Exmo. Sr. Ministro da Educação Tarso Genro

Sou docente do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, desde 18/05/1990 e, nos últimos meses, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia (Doutorado) da Universidade Federal de São Carlos/SP.

Decidi me submeter à seleção do referido programa, pelos seguintes motivos:

1) por ser o único programa de doutoramento aprovado pela CAPES, existente no Brasil;

2) pelo PPG-Fisioterapia da UFSCar ser qualificado com nível 5, apesar de ser bastante recente;

3) por ter ótima infra-estrutura, no que diz respeito aos laboratórios, equipamentos e orientadores capacitados;

4) pela certeza da possibilidade de um futuro convênio (UFPB-UFSCar) para implantação de um programa de Pós-graduação em Fisioterapia na região Nordeste, mais precisamente na UFPB.

No meu ponto de vista, acho que estes pontos acima elencados, foram mais que suficientes para que eu, como docente de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), em tempo integral e dedicação exclusiva, que se preocupa com o crescimento da Fisioterapia enquanto ciência e, particularmente, da formação e qualificação dos futuros profissionais e docentes na área da Fisioterapia na região Nordeste, tenha tomado a decisão de dar uma verdadeira guinada na minha vida profissional, deixando em segundo plano vários aspectos do meu convívio e da minha vida pessoal e social.

Para minha surpresa, quando ultrapassei todas as barreiras para conseguir minha aceitação no PPG-Fisioterapia da UFSCar e a minha liberação junto ao Departamento de Fisioterapia da UFPB, ao qual sou vinculado, e após cumprir dentro dos prazos estabelecidos, todos os requisitos burocráticos exigidos pelas instâncias competentes, a Pró-reitoria de Pós-Graduação me informou que o programa que destinava bolsa para a capacitação docente (PICDT) não mais existia, e que o Ministério da Educação (CAPES) estaria analisando a substituição deste, por um outro, denominado PQI que, teoricamente, seria imediatamente implantado.

Vejo com bastante tristeza o descaso que o governo do PT, que tanto ajudei a construir desde

sua formação, não incentive (se é que podemos chamar de incentivo, dado seu valor defasado) os futuros cientistas deste país, com uma bolsa de estudos.

É com descrédito que vimos, eu e mais de trinta colegas docentes da UFPB, afastados para capacitação (ver lista da PRPG-UFPB) a partir do semestre passado (93.2) sem nenhum apoio financeiro por parte da CAPES e de um programa (PQI) que só existe no papel e que até agora (apesar de ter sido publicado na Home-Page da CAPES, no final de Abril passado, que as quotas de bolsas para as IFES em todo o país, seria divulgada até a primeira semana de maio/2004), não saiu da gaveta do Sr. Jorge Almeida Guimarães, atual Presidente da CAPES.

Além do mais, é revoltante sabermos que o Governo Federal, leia-se Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Divisão de Temas Educacionais (DTE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), concede bolsas de estudo (mestrado e doutorado) para qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional. É indignante saber que o estudante estrangeiro recebe incentivo financeiro do Governo Brasileiro, por meio do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), para se capacitar no Brasil, e nós brasileiros ficamos jogados na sarjeta.

Sr. Ministro, eu e todos os colegas professores (diga-se de passagem, não é em pequeno número no Brasil) que nos encontramos nesta situação, de desespero, a ponto de sobrevivermos fora de casa às custas de ajuda de amigos e de nossas famílias, esperamos que alguma providência seja tomada "urgentemente" para reparar os danos causados por esta atitude irresponsável por parte do governo do PT. Infelizmente, Sr. Ministro, eu não conheço nenhuma nação do mundo que seja considerada, hoje, uma grande potência mundial, que não tenha voltado seus esforços à Educação, estimulado-a no sentido mais amplo da palavra.

O "meu PT", o "nosso PT", nunca deveria esquecer as premissas que o fizeram alcançar o ponto mais alto do Planalto. Nós educadores e demais cidadãos comuns deste grandioso país, estamos sedentos por menos discurso, menos propaganda, menos subserviência e mais atitude e investimento para nossa nação.

Congratulações Partidárias.

Prof. Heleodório Honorato dos Santos
Departamento de Fisioterapia da UFPB
Matrícula SIAPE: 0337318-5

Relatório da Audiência do ANDES-SN com o MPOG

Brasília, 9 de agosto de 2004.

Presentes:

- SRH - MPOG - Sérgio Mendonça - Secretário de Recursos Humanos; Marilene Ferrari - Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Humanos; Vladimir Nepomuceno - Diretor de Programas

- MEC - Jairo Jorge - Secretário Adjunto; Sylvio Pétrus - Subsecretário de Assuntos Administrativos e Godofredo de Oliveira Neto - Diretor do Departamento de Política de Ensino Superior. Estavam presentes também duas assessoras de comunicação.

- ANDES-SN - Marina Barbosa Pinto e Paulo Rizzo.

O Secretário Sérgio Mendonça abriu a reunião, tendo em suas mãos cópia da planilha com os dados das assembleias divulgada na página do ANDES-SN. Afirmou que a idéia da reunião originalmente era de ouvir a representação sindical, mas que as informações divulgadas pela página do sindicato já lhes haviam informado bem. Em seguida, Marina deu um relato das discussões e deliberações da reunião do setor das IFES, destacando os as deliberações majoritárias relativas às propostas salariais e à greve. Informou que, desde o dia 5, há greve em seis instituições e que, com as assembleias que se realizam nos próximos dias, outras poderão aderir. Ressaltou que, como a maioria das assembleias e a reunião do setor rejeitaram a proposta do governo e reafirmaram a proposta do setor, tínhamos uma expectativa em relação à presente audiência.

Sérgio Mendonça afirmou que o governo respeita a autonomia da entidade e que não houve,

até agora, aprovação da proposta do governo, mas que há um quadro complexo e diferenciado. De qualquer forma, o resultado não era o ideal e que "a bola estava de volta para o governo". Isto é, que cabe ao governo se posicionar diante das deliberações do sindicato. Disse, então, que, em 72 horas, até quinta-feira, o governo formalizará sua posição.

Discutiu-se, ainda, alguns questionamentos apresentados pela bancada do ANDES-SN a respeito de casos particulares, como celetistas, professores visitantes e substitutos. Os representantes do governo desconheciam situação de celetistas nas IFES e que, no que se refere a qualquer outro tipo de contrato que não o de servidor efetivo, estes só tem direito a reajuste quando da revisão geral dos contratos, o que não ocorreu este ano e que tais situações deverão ser tratadas em separado da negociação salarial.

Jairo Jorge voltou a insistir na necessidade de se chegar o mais rápido possível a uma solução e se iniciar o mais rápido possível as discussões em GT, que incluirá isonomia, paridade, incorporação das gratificações, ou que eventualmente não for solucionado agora.

Marina ressaltou que a posição da categoria, expressa nas assembleias, é a de não deixar para GT futuro a extinção da GED e a paridade, pois há desconfiança dos professores na concretização de propostas em comissão.

Os representantes do governo disseram, ao final, que os ministros da Educação e do MPOG decidirão, em 72 horas, a posição do governo.

Marina solicitou a Jairo Jorge que fosse dilatado o prazo para apresentação de sugestões ao documento do MEC sobre reforma universitária, previsto para 13 de agosto. Este afirmou que não haveria problema em se dar mais uma semana para isso.

Diretoria do ANDES-SN

ANDES-SN apresenta ao governo decisão do Setor das IFES

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, afirmou que o governo oficializará decisão sobre negociações até esta quinta-feira, dia 12/8

A Diretoria do ANDES-SN apresentou hoje (09/08) aos representantes do governo a posição do Setor das IFES, que referendou a decisão das assembleias gerais (AGs) ao rejeitar majoritariamente a proposta do governo e aprovar a do Setor (em defesa da paridade e da isonomia e pelo fim das gratificações produtivistas).

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, informou que serão realizadas AGs nesta semana para discutir as gratificações e o processo de construção da greve. Acrescentou que seis instituições federais já estão em greve (UFCAP, CEFET-BA, CEFET-MG, UFBA, UNIFESP e UNIR-RJ).

Em relação à proposta do go-

verno de criação de grupo de trabalho para discutir a isonomia, a paridade e a incorporação de gratificações, Marina Barbosa afirmou que as AGs irão deliberar a respeito. Resaltou que a idéia tem gerado desconfiança do Movimento Docente, que não considera um GT o espaço apropriado para essa discussão, uma vez que deveria ser resolvida na Mesa de Negociação.

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Sérgio Mendonça, afirmou que até quinta-feira será oficializada a decisão do governo sobre as negociações. Acrescentou: "o 'jogo' tem que ter

um desfecho, agora a bola está com o governo".

Reforma Universitária - A presidente do ANDES-SN solicitou ao secretário executivo do MEC, Jairo Jorge, prazo maior para que o Sindicato possa analisar o documento do Ministério que explicita os princípios e diretrizes da Reforma Universitária. O secretário concordou e estendeu o prazo até a próxima semana (o prazo era até esta sexta-feira, dia 13/8).

O GTPE/ANDES-SN estará reunido de sexta a domingo (13 a 15/8) para discutir o documento "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior", do MEC.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO PROPÕE DISCUTIR, EM 180 DIAS, PARIDADE E INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO EM GRUPO DE TRABALHO



Ofício nº 146/2004/GM-MEC

Brasília, 05 de Agosto de 2004

A Senhora
MARINA BARBOSA PINTO
Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das
Instituições de Ensino Superior – ANDES
SCS Quadra 02, Bloco C, Ed. Cedro II – 3º andar
70302-914 – Brasília – DF

Assunto: **Negociação salarial**

Senhora Presidente,

1. Como resultado da negociação salarial mantida no âmbito do Governo Federal, construída pelo Ministério da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, avançamos numa proposta que procura atender três questões que vêm sendo pleiteadas pelos docentes, através do seu Sindicato que são: (i) *extinção da GED*; (ii) *isonomia entre ativos e aposentados*; e (iii) *pactuação da reposição acima da inflação para todos os professores*.

2. A proposta construída não contempla, num primeiro momento, as reivindicações em sua totalidade. Em decorrência, estamos propondo um Grupo de Trabalho que discutirá, no prazo de até 180 dias, as questões pendentes à complementação do Acordo para o exercício de 2005.

3. O Grupo de trabalho poderá discutir também a incorporação das gratificações, buscando possibilidades para atender a médio prazo essa questão. Para tanto poderá contar com a participação da comunidade acadêmica, ou seja com representantes do ANDES, ANDIFES e outras entidades.

4. Essa proposta tem o objetivo de criar um clima de diálogo e de valorização dos professores universitários, com o intuito de resolver pendências que se arrastam há vários anos.

Atenciosamente,

TARSO GENRO
Ministro de Estado da Educação

QUADRO DE MOBILIZAÇÃO ATUALIZADO ATÉ O DIA 06/08/2004

	AG	Aprovação de propostas			Indicativo de greve						
		Dia/hora	Nº	Governo	ANDES	Outra	5 agosto	Nova data	S/data	Contra	Não votou
1)	ADAFÁ										
2)	ADCAC		24		X		11 ago				
3)	ADCAJ										
4)	ADCEFET-RJ										
5)	ADFCAP		29		X	X					
6)	ADFMTM										
7)	ADFUNREI		36	X					X		
8)	ADOURADOS		19	X							
9)	ADUA			Recesso			Recesso				
10)	ADUC										
11)	ADUFAC			Recesso			Recesso				
12)	ADUFAL		89		X					X	
13)	ADUFC		162			X (*)		X		X	
14)	ADUFEPE		101		X		12 ago				
15)	ADUFERPE		103							X	
16)	ADUFES		96		X			X			
17)	ADUFF		46		X		31 ago				
18)	ADUFG		200	X					X		
19)	ADUFLA		60		X		09 ago				
20)	ADUFMAT		137		X				X		
21)	ADUFMATROO				X		16 ago				
22)	ADUFMS		77	X					X		
23)	ADUFOP										
24)	ADUFPA		129		X		16 ago				
25)	ADUFPE		300			X (*)	10 ago				
26)	ADUFCEG		142		X			X			
27)	ADUFPEPatos										
28)	ADUFPEl		65		X			X			
29)	ADUFPI		94	X					X		
30)	ADUFRGS		61	X					X		
31)	ADUFRJ		246	X					X		
32)	ADUFS		63							X	
33)	ADUFSCAR		40	X					X		
34)	ADUFU										
35)	ADUnB										
36)	ADUNIFESP		51		X		X				
37)	ADUNIR		40		X		9 ago				
38)	ADUNIRIO		58		X				X		
39)	ADURN		100		X	X (*) Alt.		X			
40)	ADURRJ		59		X		X				
41)	APESJF		108		X		12 ago				
42)	APROEFEJ										
43)	APROFURG		46		X		13 ago			X	
44)	APRUMA		22		X						
45)	APUB		135		X		05 ago				
46)	APUBH		50	X					X		
47)	APUFPR		107	X					X		
48)	APUFSC		139		X			X			
49)	ASPUV		184		X		10 ago				
50)	SEDUFMS		186			X			X		
51)	SESDUFRR		51		X		17 ago				
52)	SINDCEFETGO										
53)	SINDCEFETMG		76		X		X				
54)	SINDEFOA		33				16 ago				
55)	SINDOCEFETPRR		S/Inf								
56)	SINDUFAP		23		X		9 ago				
57)	SINDCEFET-PI										
TOTAL		36	3787	10	26	4	4	15	8	13	3

Negociar e avançar na luta

Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior (DHP/CE)

No dia 03 de agosto do corrente mais uma Assembléia da ADUFPB foi realizada. Por ampla maioria, a plenária docente adiou a deflagração da nossa greve para o dia 10 de agosto e reiterou a proposta da ADUFRN em contraposição à proposta do GT Verbas, aprovada na reunião do Setor da IFES. Do meu ponto de vista, foram deliberações acertadas.

Em primeiro lugar, deflagrar uma greve quando ainda ocorre diálogo entre as partes litigantes constitui-se num grave equívoco. A paralisação das atividades docentes deve ser uma medida extrema e somente quando não mais houver condições de avanço nas negociações. E quanto aos valores que estão sendo negociados, percebe-se que a diferença existente pode ser contornada caso haja boa vontade do governo (boa vontade esta que, para se tornar realidade, exige mobilização do movimento docente) em aumentar minimamente sua proposta, bem como a ANDES também flexibilizar a sua.

Em segundo lugar, a proposta acatada pela plenária docente pode representar uma saída do impasse que ora o movimento vivencia.

Em termos numéricos totais, a proposta da ANDES exige já para 2004 um aporte adicional de recursos na ordem de 70 milhões arredondados; já na proposta da nossa Assembléia esse valor cai para 30 milhões também arredondados, o que pode ser palatável (tomo emprestada essa expressão dos últimos boletins de nossa entidade) para o governo. E a arte de negociar exige exatamente abrir mão de determinados itens de nossa pauta, sem, contudo, abrir mão dos princípios.

Ambas as propostas atendem a isonomia entre professores do 1º e 2º Graus (educação básica) e os do 3º Grau, além da paridade entre ativos e aposentados. Contudo, o mérito da segunda proposta está em demonstrar ao governo e à sociedade que o movimento docente tem disposição de diálogo, até mesmo abrindo mão, momentaneamente, de valores.

Uma crítica que tem sido feita por setores do movimento docente a essa segunda proposta refere-se ao fato de que nós professores também estaríamos abrindo mão de nossa data-base. Creio que isso é mais uma discussão principista do que realmente de princípio. Com efeito, não tivemos nos últimos 09 anos nenhum reajuste salarial no mês de maio, à exceção de 1% do ano passado. Portanto, falar de data-base sem reajuste é algo surrealista. Segundo, as vantagens salariais obtidas nos últimos anos não respeitaram qualquer data-base. Basta lembrar que a famigerada GED foi fruto de uma greve em 1998 que só foi concluída em meados de outubro/novembro daquele ano.

Todavia, não se pode perder de vista uma data que possa ser referência aos nossos reajustes. Desse modo, considero justa a preocupação dos colegas que levantam esse argumento, desde que não se torne uma posição fundamentalista e empecilho para o avanço das negociações.

Ora, no médio prazo, a proposta aprovada na Assembléia, se comparada com a proposta da ANDES, traduz avanços em termos salariais mesmo considerando a sua não-

retroatividade a maio. Uma simples simulação da aplicação dos valores das duas propostas nos salários dos docentes, para 12 meses, isto é, retroativo a maio, ou 10 meses, retroativo a julho, mostra que a proposta da Assembléia da ADUFPB é mais sólida. Senão vejamos

Simulação das propostas de aumento/criação de gratificação

Titulação	Proposta	Meses	Valor R\$ mês	RS Total
Adjunto	Adufpb	10	848,40	8.484,00
	Andes	12	726,28	8.715,36
	Diferença R\$			-231,36
	%			-2,7
Mestre	Adufpb	10	540,00	5.400,00
	Andes	12	380,00	4.560,00
	Diferença R\$			840,00
	%			18,4
Aperf/Espec	Adufpb	10	540,00	5.400,00
	Andes	12	355,44	4.265,28
	Diferença R\$			1.134,72
	%			26,6
Graduado	Adufpb	10	540,00	5.400,00
	Andes	12	445,44	5.345,28
	Diferença R\$			54,72
	%			1,0

Conforme se pode perceber na simulação, mesmo se tomarmos apenas dez meses de aplicação da proposta da nossa Assembléia, portanto sem perder de vista nova revisão dos vencimentos em maio do próximo ano, há ganhos em praticamente todos os níveis de titulação.

Os mestres e especialistas terão ganhos totais entre R\$ 840,00 (18,4%) e R\$ 1.134,00 (26,6%), comparados com a proposta da ANDES de 12 meses, e os graduados também saem ganhando pela proposta da ADUFPB cerca de R\$ 55,00 (1%). Apenas os doutores levam alguma desvantagem na proposta, uma perda no percentual de 2,7%, o equivalente a R\$ 231,36. Trata-se, evidentemente, de uma questão que pode e deve ser corrigida na negociação, até porque há outras distorções, as quais aponte na Assembléia anterior, com referência aos valores isonômicos de graduados, especialistas e mestres.

Mesmo assim, se levarmos em conta que o 13º salário e o terço de férias que serão pagos em dezembro e janeiro vindouros irão incidir sobre o valor maior, pode-se concluir que não haverá perda para qualquer nível da carreira.

Na soma total, projetando os valores totais da Folha de pagamento para maio de 2005, não há como desconhecer que a proposta da nossa Assembléia terá impacto superior ao da ANDES.

Por fim, relembro um argumento que levantei na assembléia anterior a do dia 03 de agosto, a vantagem maior de nossa proposta é que na campanha salarial do próximo ano, iremos partir de um patamar salarial superior, o que, evidentemente, nos colocará numa situação mais confortável para negociar e avançar na luta.

Boletim ADUFPB

Ssind. Do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

17 de Agosto de 2004 - Nº 47

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES REALIZADA EM 14.08.04

RELATÓRIO

A reunião presidida pelo Prof. Paulo Rizzo realizou-se na sede do FENAFISCO, em Brasília, teve início às 10 horas e contou com a participação de delegados de 25 seções sindicais do ANDES.

No primeiro ponto, foram dados os informes, iniciando-se com um pronunciamento da Profa. Cida representante das Universidades Estaduais Paulistas, em greve desde 26 de maio último. Seguindo-se, vieram os informes das AD²⁵ presentes e depois os informes da diretoria.

Em relação aos informes das AD²⁵, 16 delas aprovam a proposta salarial do Setor, porém, o mesmo não ocorre em relação à greve. Neste sentido, de acordo com informes prestados pela mesa diretora, apenas 11 seções sindicais se encontram em greve e 17 com indicativo. Destas, 08 estão com indicativo com data e 09 sem data. São 14 as AD²⁵ que se pronunciaram contra a greve, 07 não deliberaram e 11 não prestaram informações. O Sind. CEFET-MG saiu da greve.

A Profa. Marina, Presidente do ANDES, informou que no dia 09 do corrente participou de um seminário na CNESEF, presentes 09 entidades que fazem parte da Coordenação, ocasião em que foi feita uma análise de conjuntura e discutiram a estratégia que o governo tem usado na tentativa de enfraquecer os sindicatos ligados aos servidores públicos federais. A Presidente do ANDES também fez um relato a respeito da reunião que teve com o governo no dia 09/08, ocasião em que os representantes do ANDES foram informados que a questão da paridade e as incorporações seriam trabalhadas em um GT, cujos estudos seriam considerados para 2005.

O Prof. Paulo Rizzo leu ofício enviado pelo governo ao ANDES, no qual comunica que, por solicitação da bancada do governo, o MPOG fará uma nova reunião com o Sindicato, hoje, 17/08, às 14h. Foi informado ainda pela Profa. Marina que o governo teria chamado o SINASEFE para trabalhar o plano de carreira dos docentes do ensino fundamental, médio e tecnológico. Porém, o representante do SINASEFE se comprometeu com o ANDES que irá responder ao MEC que só discutirá carreira em conjunto com todos os setores das categorias de professores.

Em seguida, tendo comparecido 03 representantes da FASUBRA, a eles foi

dada a oportunidade de se pronunciarem sobre o andamento das negociações daquela categoria com o governo. Informaram que, em vista da protelação do governo em atender às suas reivindicações, um grupo de servidores daquela entidade invadiu o prédio do MEC no dia 12 último. Com essa invasão, eles conseguiram imediatamente serem recebidos em audiência pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As 13 horas foi encerrado o primeiro turno da reunião e reiniciado o segundo turno às 14h30, iniciando-se com as avaliações. Nesta, a partir dos diversos pronunciamentos feitos, verificou-se que há um certo descompasso entre os resultados das assembleias realizadas nas AD²⁵, com o que é dito por parte de muitos delegados presentes. Os membros da mesa diretora e vários delegados, consideraram que o movimento grevista tenderá a ter um forte crescimento já a partir desta semana, e que é preciso se encaminhar uma discussão política para as bases, como forma de convencer da necessidade da greve.

Terminadas as avaliações, por solicitação de representantes das AD²⁵ que estão em greve, a Presidente do ANDES, Profa. Marina declarou que, por prerrogativa da diretoria estava convocado o Comando Nacional de Greve, que será instalado a partir desta Terça-Feira. Perguntado se as reuniões do Setor das IFES estariam suspensas a partir da instalação do comando de greve, foi dito que sim.

Por último, passou-se às deliberações, onde foram votadas as seguintes propostas:

1 - Proposta da ADUFU para que, em vista da proposta do setor não ter sido aceita pelo governo, que se voltasse à pauta originalmente apresentada, qual seja, reajuste linear nos salários da ordem de 127%. Ela foi rejeitada por 15 votos contrários, 01 favorável e 07 abstenções.

2 - Indicação ao Comando Nacional de Greve para enviar carta pública ao Lula pedindo audiência. Aprovada com 07 abstenções.

Como não houve mais encaminhamentos para deliberação, a reunião foi encerrada às 17h50.

João Pessoa, 17 de agosto de 2004.

Prof. Severino Francisco de Oliveira

Carta dos Aposentados à bancada paraibana em Brasília

Exmos. Srs.
Senadores e Deputados
BRASÍLIA - DF

João Pessoa, 12 de agosto de 2004.

Senhor Parlamentar,

Os professores aposentados da UFPB, associados da ADUFPB, através da Diretoria para Assuntos de Aposentadoria, em virtude de uma defasagem salarial ocorrida nos últimos 10 anos, da ordem de 127%, além do desconto, mesmo sub judice, dos 11% da Previdência e Seguridade Social, e, ante as recentes discussões, em nível de governo e do Sindicato Nacional de Docentes de Ensino Superior - ANDES, sobre o reajuste salarial de 2004, constataram que a proposta oficial do MPOG do Governo Federal mantém a quebra da paridade - GED entre ativos e aposentados, contrariando assim as aspirações, lutas e ganhos históricos da categoria.

Recentemente, o Governo Federal concedeu reajuste aos docentes de 1º e 2º graus federais, respeitando a paridade e reservando, contudo, aos docentes de 3º grau do ensino superior um tratamento diferenciado, conforme proposta apresentada no dia 30 de julho último, o que caracteriza um retrocesso nas tentativas de negociação até então ocorridas.

Assim sendo, os professores aposentados da UFPB continuam insistindo, com base nos direitos assegurados na Constituição Federal, na correção de tais distorções e lutando para que seja recuperada a paridade entre ativos e aposentados bem como a isonomia salarial entre os docentes federais de 1º, 2º e 3º graus.

Nesse sentido, os docentes aposentados da UFPB solicitam o maior empenho de Vossa Excelência junto ao Congresso Nacional, no sentido de defender a causa em questão.

Contando com o apoio da bancada paraibana, a Diretoria para Assuntos de Aposentadoria da ADUFPB muito apreciaria a manifestação do nobre parlamentar relativamente ao pleito dos professores do ensino superior.

Atenciosamente

Terezinha Diniz
Diretoria para Assuntos
de Aposentadoria

QUADRO COM OS RESULTADOS DAS AGs (atualizado às 17h do dia 16/8)

Seção Sindical	Última AG		Proposta Salarial			GREVE					Próxima AG	Observação	
	Data	Presença	Setor	Governo	Outra	Em Greve	INDICATIVO						Contra
							C/ Data	S/ Data	S/ Delib.	S/ Inf.			
ADUFAC									X				
ADUA	12/8	25							X			25/8	
SESDUF-RR	12/8	20	X				17/8					17/8	
ADUNIR	02/8	40	X			X							Início dia 9/8
ADUFPA	12/8	173	X			X							Início dia 16/8
ADFCAP	5/8	29	X			X							Início dia 5/8
SINDUFAP	9/8	23	X			X							Início dia 9/8
APRUMA			X				23/8						
ADUFPI	03/8	94		X				X					
SINDCEFET-PI										X			
ADUFC					X			X			X		
SINDCENTEC											X		
ADUFPB	10/8	283		X				X				17/8	
ADUFCG		142	X					X					
ADUC											X		
ADUFPb-Patos											X		
ASESAM											X		
ADURN		100	X					X				18 ou 19/08	
ADUFEPE	12/8	101	X				18/8					18/8	
ADUFERPE									X				
ADUFS			X				19/8					19/08	
ADUFAL		89	X						X				
APUB	12/8	95	X			X							Início dia 5/8
ADUnB	16/8	143	X			X							Início dia 16/8
ADUFG		199		X							X		
ADCAC	10/8	47	X			X						19/08	Início dia 11/8
ADCAJ											X		
SINDCEFET-GO											X		
SESDUFT											X		
ADUFMAT	12/8	59	X									X	
ADUFMAT-ROO	12/8	30	X				16/8						
ADUFMS	5/8	77		X								X	
ADOURADOS				X								X	
ADUFJ	12/8	122	X			X							Início dia 9/8
ADFMTM	10/8	17							X			17/8	
APUBH	3/8	50		X							X		
SINDCEFET-MG			X										Saiu da greve
APES-JF	12/8	191	X			X						19/8	Início dia 12/8
ASPUV	10/8	218	X								X		
ADUFLA	9/8	99	X			X							Início dia 9/8
APROFEI				X							X		
ADUFOP	26/6	10	X					X				17/8	
SINDFAFEID				X							X		
ADFUNREI				X								X	
SINDEFOA	12/8						16/8						
ADUFES	12/8	56		X								X	
ADUFRJ				X								X	
ADUNIRIO	12/8	39	X							X			Não teve quorum p/ deliberar greve
ADCEFET-RJ											X		
ADUFF	10/8	28	X				31/8					19/8	
ADUR-RJ	10/8	34	X			X						17/8	Início dia 5/8
ADUFSCar	12/8			X							X		
ADUNIFESP			X			X						17/08	Início dia 5/8
ADAFa											X		
APUFSC	12/8		X					X				19/8	
APUFPR				X							X		
SINDOCEFET-PR			X						X				
ADUFRGS	03/8	61		X								X	
APROFURG	13/8	70	X					X				19/8	
ADUFPeI			X					X					
SEDUFSM	3/8	186			X							X	
TOTAL			30	13	2	12	7	9	7	11	14		

À espera de resposta

Na última quarta-feira (11), um dia após aprovação em Assembléia Geral, a Diretoria Executiva da ADUFPB enviou ao reitor Jader Nunes solicitação reiterando a necessidade de um posicionamento da administração central da UFPB sobre a suspensão ou não do calendário letivo. Mesmo com funcionários e estudantes mantendo a paralisação há mais de um mês, até hoje (17/08) a reitoria não tomou qualquer posicionamento sobre o assunto.

GREVE:

Em defesa da paridade, da isonomia e pela extinção da GED

Comando Nacional de Greve será instalado nesta quarta-feira, 18, em Brasília

Desde o dia 5 de agosto, os professores das IFES começaram a paralisar-se, iniciando a construção de uma greve nacional diante do retrocesso imposto pelo governo nas negociações salariais com o ANDES-SN. Nesta quarta-feira, 18, será instalado, em Brasília, o Comando Nacional de Greve, quando os docentes de 16 seções sindicais já deverão estar em greve. Nos dias que se seguirão, as demais seções sindicais estarão promovendo assembleias para deliberar sobre a adesão ao movimento.

A possibilidade de greve esteve presente desde o lançamento da campanha salarial dos servidores públicos federais em 17 de março. As negociações salariais, este ano, tiveram evoluções contraditórias para todos os segmentos do serviço público federal. No que diz respeito aos docentes das IFES, as negociações evoluíram na direção de uma proposta formulada pelo próprio governo de criação de uma gratificação fixa, paritária entre pessoal da ativa e aposentados, e a extinção das gratificações produtivistas: a GED para os docentes da carreira do magistério superior e a GID para os docentes da carreira de 1º e 2º graus. Esta proposta foi apresentada pelo governo conjuntamente com o ANDES-SN e o SINASEFE, pela primeira vez, em audiência realizada no dia 2 de junho. Ainda que não formalizada na ocasião, os representantes do governo anunciaram que nenhum professor teria reajuste inferior a 9,3% (IPCA acumulado em 2003), e que seria estabelecido um cronograma para a incorporação de todas as gratificações. O governo propunha-se, a partir daquele momento, a seguir rumo diferente na negociação salarial em relação àquele que havia anunciado em 20 de abril, de reajustes exclusivos na GID e na GED, com a manutenção destas e sem contemplar a paridade. Se a primeira proposta do governo havia sido rejeitada pela maioria das assembleias das seções sindicais, abriu-

se, a partir do início de junho, uma nova perspectiva para as negociações salariais, com a possibilidade de se conquistar a isonomia, a paridade e a extinção da GID e da GED, ainda que não houvesse incorporação imediata das gratificações, conforme apresentado na pauta de reivindicações. A partir das deliberações das assembleias das seções sindicais, o setor das IFES, em 15 de junho, elaborou proposta que aceita emergencialmente a substituição da GED e da GID por uma gratificação fixa nos valores apresentados pelo governo, em abril, para a GED e a GID integrais e um calendário para a incorporação das gratificações.

Em 12 de julho, o governo firmou acordo com o SINASEFE exclusivamente para os professores da carreira de 1º e 2º graus. Para estes, foi extinta a Gratificação de Incentivo à Docência, GID e criada a nova gratificação, sendo estabelecida a paridade entre ativos e aposentados, mas em valores inferiores àqueles que haviam sido anunciados pelo governo em abril para os professores da ativa. Em que pese o fato de o ANDES-SN representar mais de dez mil professores da carreira de 1º e 2º graus, este sindicato não foi sequer convidado para a negociação. Em 22 de junho, o governo apresenta uma simulação de valores para a criação de gratificação fixa em substituição à GED, dentro do limite de 372 milhões de impacto financeiro. Mais uma vez, expressando a disposição em negociar, o setor das IFES do ANDES-SN, subsidiado pelo GT Verbas, constrói uma nova proposta que, submetida à votação, é aprovada pela maioria das assembleias e apresentada ao governo. Foram tomados os valores mais altos do acordo com o SINASEFE e da simulação do governo feita para os professores do magistério superior, ajustados em mais 15% para os professores titulares mestres e doutores. Com ela, passou a ser possível restabelecer a isonomia no interior das IFES e a parida-

de. Para o atendimento dessa nova proposta, o governo deveria aportar mais 72 milhões de reais.

Contrariando toda a evolução do processo, em 30 de julho, os representantes do governo declaram que não poderiam extinguir a GED naquele momento e afirmam que a proposta oficial do governo para o magistério do ensino superior é a suspensão da avaliação de desempenho com o pagamento integral da GED para os professores da ativa e a elevação de 60% para 65% do valor desta gratificação para os aposentados. O governo, então, retrocedeu no que diz respeito à paridade entre ativos e aposentados, à extinção da gratificação produtivista e à isonomia no interior das IFES, uma vez que parte dos docentes das IFES, a partir do acordo firmado com o SINASEFE, tiveram a gratificação produtivista extinta, a paridade entre o pessoal da ativa e os aposentados, enquanto que os docentes do ensino superior não seriam beneficiados desta mesma forma. Os valores salariais, então, deixariam de ser isonômicos. O representante do MEC na audiência, Jairo Jorge, declara que a GED não poderia ser extinta porque ela será objeto de discussão na reforma do ensino superior. Assim, ainda que os representantes do governo tenham assumido, em audiências e declarações públicas, a disposição em acabar com as gratificações produtivistas e promover a paridade, se contradizem em seguida. Nos vaim de todo o processo que se arrasta desde 18 de março, quando foi realizada a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo efetivamente não negocia. Para os professores do magistério superior, afirma, em 30 de julho, que sua proposta é praticamente a mesma anunciada em 20 de abril.

Considerando que praticamente não houve reajuste em 2003 e que o reajuste deste ano será incidente a

partir de 1º de maio; a proteção do governo tem por objetivo fazer a categoria aceitar sua proposta inicial em função do estrangulamento financeiro individual de cada professor(a). O governo apostou em vencer os professores pelo cansaço. Apostou que os professores abririam mão de princípios na defesa da universidade pública e até mesmo da ética, pois pretendia que os da ativa vendessem a paridade de seus colegas aposentados. O sindicato submeteu tanto sua proposta como a do governo às assembleias de base. A proposta do governo foi derrotada na maioria das assembleias, tendo sido reafirmada a proposta do setor das IFES e é na defesa dela que se desenvolve agora a greve.

A separação que o governo faz na negociação salarial das duas carreiras do magistério federal responde à lógica das reformas que pretende imprimir à educação. Mais uma vez, sem chamar o ANDES-SN, o MEC está criando um grupo de trabalho da Mesa Setorial de Negociação responsável para elaborar a proposta de uma carreira para os professores do ensino técnico e profissional. A lógica das reformas que fragmentam a educação é manter a carreira do ensino técnico e profissionalizante submetida às demandas das empresas privadas, enquanto que na universidade a carreira deve ser submetida ao produtivismo quantitativo instituído pela GED.

Por isso, o governo não pretende extinguí-la, mesmo que o custo para isso seja de apenas 72 milhões de reais. A reforma universitária, portanto, é assunto sobre o qual decisões já estão sendo tomadas hoje e não programadas para o futuro.

As negociações têm sido difíceis para todos os segmentos do serviço público e é exemplo o que vem ocorrendo com os servidores técnico-administrativos das IFES. Passados mais de 50 dias de greve nacional, o governo retrocede na proposta já acordada, alegando não dispor de recursos orçamentários. Isto é, que os recursos que supostamente existiam antes não mais existem, ainda que seja para orçamentos futuros. Na Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNPN, em 30 de março, o governo apresenta sua decisão de dividir os servidores em cinco segmentos (PCC, Seguridade Social, Previdência, técnicos-administrativos da IFES e professores) e disposição de reajustar as gratificações produtivistas, deixando de fora os servidores do Judiciário e do Legislativo, além de não respeitar a paridade entre ativos e aposentados. A partir de então, o governo, na prática, dissolveu a MNPN, reunindo-a somente uma vez, em 5 de maio, para lançar o ultimato: quem não aceitar a proposta do governo até 21 de maio fica sem nada. Todas as propostas de reajustes apresentadas pelo governo incidiriam em 1º de

maio. Esperava-se, portanto, que as definições de reajuste não se arrastassem para além do mês de maio. No entanto, seja para as entidades que firmaram acordo como para aquelas, como o ANDES-SN, que não aceitaram o ultimato e continuaram na busca de negociações, os processos se arrastaram e, em alguns casos, continuam, ainda, sem definição, até o mês de agosto. Mesmo para alguns segmentos que firmaram acordo, como os técnicos-administrativos das IFES mencionados acima, o governo não cumpriu o acordado.

Os docentes das IFES, organizados em seu sindicato nacional, vêm mostrando disposição em negociar. Mesmo mantendo integralmente sua pauta de reivindicações, o sindicato tem flexibilizado na busca de chegar a um termo que garanta ganhos duradouros para os professores e para a universidade pública, para que seja mantida sua qualidade e que seja integralmente financiada pelo Estado. Estamos em um momento importante para a defesa da universidade e isso requer a unidade de todos que atuam no sindicato. É hora de mobilizar para as assembleias, de debater o futuro da universidade, é hora da afirmação da esfera pública contra todas as iniciativas fragmentadoras e privatizantes. É a hora da greve.

Fonte: ANDES/SN

Governo adia resposta

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, encaminhou à Diretoria do ANDES-SN, às 18 horas de hoje, a mensagem abaixo:

À Direção do ANDES,

Em reunião realizada nesta secretaria, em 9 de agosto do corrente, a bancada governamental, tomando conhecimento da negativa da proposta, informou que estaria, em 72 horas, comunicando sua posição.

Em virtude de problemas de agenda e demandas excessivas, informamos da necessidade de prorrogação do prazo e sugerimos reunião com essa direção dia 17 de agosto, às 14h, momento em que o governo está externando sua proposta de reajuste.

Atenciosamente,

Sérgio Mendonça
Secretário de Recursos Humanos/MP

CNTE manifesta apoio ao ANDES-SN

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) encaminhou manifesto em apoio ao ANDES-SN e repúdio ao recuo do governo nas negociações.

Leia a íntegra da nota:

Solidariedade à luta do ANDES-SN

Ao cumprimentar a diretoria do ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -, vimos manifestar nosso irrestrito apoio e solidariedade à luta e à defesa das organizações nacionais dos trabalhadores em educação, por conta da Nota Pública divulgada por esta renomada entidade, no último dia 2 de agosto, denunciando o recuo do governo no processo de negociação do reajuste salarial de 2004.

A CNTE espera que o governo reveja a proposta apresentada e reabra o processo de negociação para atender as reivindicações dos docentes das instituições federais de ensino.

Colocando-nos, desde já, à disposição para continuarmos juntos nesta luta, reiteramos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

Juçara Dutra Vieira
Presidente